

Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 332 - DE 5 A 11 DE OUTUBRO DE 1987

Cz\$ 15,00

Crise deixa Sarney mais isolado

Leia a matéria na página 3



EDITORIAL

Enterrar o falecido

O choque entre a democracia e o arbítrio afunilou, na Constituinte, para a disputa entre parlamentarismo e presidencialismo. E também para a decisão sobre as eleições em 88. É claro que o embate não se resume a estes assuntos — em todo o conteúdo da nova Carta, capítulo por capítulo, confrontam-se as propostas progressistas e conservadoras. Mas a questão do sistema de governo concentra com toda força as duas perspectivas — e exatamente nesta questão surge a possibilidade de uma vitória de grande interesse para o povo.

O parlamentarismo aparece como uma forma de golpear a centralização absurda de poderes nas mãos do presidente da República — em geral tutelado pelos militares. Alguns argumentam que nossa tradição é presidencialista. Mas ao povo interessa romper com esta herança que, nestes 98 anos de República tem sido sinônimo de ditadura, na maior parte do tempo, e de crise política. O fato de podermos renovar periodicamente o ditador, como ocorreu nos 21 anos de regime militar, não serve de consolo.

No novo sistema, o gabinete, encabeçado pelo primeiro-ministro, está sob o xeque permanente de uma moção de desconfiança do Congresso, facilitando a possibilidade de pressão popular para substituir o governo. No regime atual só as Forças Armadas dispõem de condições para trocar os governantes, como aliás têm feito sem a menor cerimônia, com golpes sucessivos.

Os presidencialistas nos ameaçam com uma pretensa "instabilidade" devida à possibilidade de mudanças rápidas de gabinetes. Esquecem que democracia é isto mesmo: se o governo se coloca contra a maioria, deve ser substituído com a participação do povo. Na medida em que os brasileiros elevam sua capacidade de intervir no governo, aprimoram também sua experiência política

e, através de eleições, selecionam com mais perfeição os deputados e demais ocupantes de cargos públicos.

O Congresso também é colocado sob maior vigilância. Em casos de impasse na escolha do colégio de ministros, o parlamento pode ser dissolvido, com a conseqüente convocação de novas eleições. Mais uma vez quem ganha com isto é o povo.

Fica evidente que os mesmos que negam estabilidade no emprego aos trabalhadores, só se preocupam com a sua própria "estabilidade" nas cadeiras que alcançaram — muitas vezes fraudando o povo com promessas de campanha que não cumprem no exercício do mandato, seja no parlamento, seja no Executivo.

Os inimigos do parlamentarismo ainda argumentam que este sistema exige previamente partidos consolidados. É uma falácia. Os partidos não se firmam no país porque as próprias classes dominantes não o permitem. Foi a ditadura que fechou os partidos em 66 e que depois inventou uma legislação restritiva à formação de novas legendas — e na Constituinte os reacionários fazem tudo para manter as proibições. E para desmascarar de vez este "amor" aos partidos, o sr. José Sarney, defensor maior do presidencialismo, promete lançar o seu "novo compromisso" a ser assinado por parlamentares acima das legendas, individualmente.

Formou-se entre os constituintes uma corrente majoritária no sentido do parlamentarismo. Mas para conduzir de fato o presidencialismo moribundo ao cemitério, todas as forças democráticas, entidades e organizações populares, lideranças e personalidades políticas devem levar seu pronunciamento até os parlamentares. Através de caravanas, cartas, telegramas, telefonemas, os deputados e senadores precisam sentir as exigências de seus eleitores.



A multidão afluíu espontaneamente para protestar contra Sarney e exigir uma Constituinte progressista

Diretas reúne 15 mil na Bahia

A unidade de diferentes setores democráticos e populares garantiu o sucesso. Pág. 4

A boa surpresa da Constituinte

Os progressistas venceram os primeiros embates na Comissão de Sistematização. Veja como foi na pág. 3.

Frustrado mais um atentado contra Marx

O ex-assessor do regime militar, José Guilherme Merquior ataca de novo. Pág. 5

O anúncio atômico não passou de jogada

A TO entrevistou o físico Rogério Cerqueira Leite, que faz um balanço do programa atômico do Brasil. A retumbante divulgação do domínio completo da tecnologia nuclear, no entender do cientista, apenas legalizou o que os militares faziam às escondidas. Pág. 8

Guerra contra os operários em Itaipu

Exército atacou, com baionetas, os grevistas. Veja na página 7

CDM
Centro de Documentação e Memória
Emílio Graeb

HUNGRIA

Novas reformas burguesas

O governo da Hungria está procedendo a novas reformas no sistema bancário do país. O objetivo é estimular e aumentar a competitividade entre as empresas que atuam no setor. Prevê-se até mesmo a introdução de mecanismo como o open market (mercado aberto). Atualmente já se negociam livremente títulos públicos no mercado financeiro, a juros de 14% ao ano mais correção monetária.

A Hungria não difere muito dos demais países do Leste Europeu que gravitam sob a órbita do revisionismo soviético e adentraram pelo caminho das reformas capitalistas a partir da década de 50. Ali, o campo de atuação das leis de oferta e procura foi ampliado expressivamente, concedeu-se maior autonomia às empresas estatais, instituiu-se a chamada autogestão, as disparidades salariais foram aumentadas e a iniciativa privada esta legalizada.

ORGULHO BURGUES

Entretanto, os revisionistas húngaros, chefiados por Janos Kadar, gostam de se apresentar como pioneiros e ousados em matéria de inovações burguesas. Agora, por exemplo, planejam a cobrança de Imposto de Renda sobre os salários e Imposto sobre o Valor Acrescido (semelhante ao que incide, aqui no Brasil, sobre a circulação de mercadorias - ICM).

Estima-se a existência de 150



Estímulo à iniciativa privada, gerando capitalismo a cada hora

mil pequenas empresas privadas no país. O direito de explorar mão-de-obra assalariada (isto é, arrancar mais-valia, ou lucro, dos operários) foi estendido inclusive às multinacionais. Pelo menos 60 empresas criadas através da associação com capitalistas estrangeiros de 19 diferentes países (joint-ventures) foram implantadas.

A comunidade financeira internacional também extrai polpidos lucros da economia húngara, através dos juros de uma dívida externa que supera 9 bilhões de dólares (sendo, em termos per capita, maior do que a dívida brasileira, uma vez que a população húngara conta cerca de 11 milhões de pessoas).

CAPITALISMO ABERTO

A observação de Lênin de que "do pequeno produtor pri-

vado nasce a cada dia, cada hora, cada minuto, o capitalismo", é comprovada de forma insofismável no modelo econômico vigente hoje na Hungria. A repórter Fátima Belchior do jornal "Gazeta Mercantil", que recentemente fez uma série de reportagem sobre aquele país, escolheu um protótipo de capitalista húngaro, o engenheiro Zoltan Wlassics contou à jornalista que iniciou a vida de empresário com um pequeno negócio relacionado à restauração de parques, tendo registrado um capital total de 30 mil florins. No segundo ano, o empreendimento gerou uma receita de 22 milhões de florins, multiplicada para 46 milhões de florins no terceiro, 62 milhões no quarto e devendo atingir 75 milhão de florins (o equivalente a 1,5 de dólares) neste ano.

De uma pequena garagem, a empresa espalhou-se por nove locais diferentes de Budapeste "até chegar a uma fábrica de 2 mil metros quadros na cidade, de Santo André, vizinha da capital húngara", conforme relata a repórter da "Gazeta Mercantil". Wlassics possui, hoje, 40 empregados (o máximo permitido por lei), constrói postes, fabrica candelabros, luminárias de mesa e tem negócios no exterior, constituindo uma mostra da capacidade intrínseca ao capital de se reproduzir de forma ampliada, expandindo-se graças à exploração do trabalho alheio.

É claro que esses e outros exemplos são contados pela burguesia, que não mede elogios ao regime húngaro. Contudo, a situação não é boa para os trabalhadores. A inflação, que atingiu a casa de 15% ao ano, corrói o poder aquisitivo dos salários e o nível de vida do povo vem se degradando, como aliás foi reconhecido pelo 13º Congresso do partido revisionista, realizado em 1985, que constatou a ampliação da disparidade entre ricos e pobres, observando que, enquanto as empresas privadas conseguiram auferir lucros substanciais entre 1980 e 1985, os salários caíram e a situação do povo piorou devido, entre outras razões, ao "plano de austeridade" implantado no país para viabilizar o pagamento dos serviços da dívida externa.



Lâmia: abaixo-assinado para pressionar por sua libertação

LÂMIA

Apoio de brasileiros

O Comitê pela Libertação de Lamia está organizando um abaixo-assinado, de caráter nacional, em defesa dessa jovem brasileira de origem palestina encarcerada em Israel. Publicamos abaixo a íntegra do texto, que pode ser reproduzido para a coleta de assinaturas em todo o país:

"A brasileira Lamia, 23 anos, foi injustamente condenada à prisão perpétua por um tribunal militar em Israel, no dia 28 de abril de 1987.

"Indignados com essa situação, vários setores da sociedade brasileira manifestaram-se de maneira espontânea, porém isolada, no sentido de sensibilizar nossas autoridades e esclarecer a opinião pública, como forma de libertar Lamia e trazê-la de volta ao Brasil, onde se encontra sua família, inclusive sua filha Patrícia de apenas dois anos de idade.

"Com o objetivo de unificar as várias manifestações de soli-

dariedade à Lamia e aglutinar um maior número de pessoas, partidos políticos e entidades, foi criado o Comitê pela Libertação da Lamia.

"Segundo divulgações feitas à imprensa pelo advogado Airtton Soares, o julgamento de Lamia foi uma aberração jurídica, já que o processo ocorreu de forma anômala aos padrões das leis internacionais.

"Sendo assim, o governo brasileiro tem obrigação de conseguir o indulto presidencial israelense e o repatriamento de Lamia para o Brasil, pois, assim como os povos do mundo se uniram na luta contra o nazismo que representou a morte e a destruição, unim-nos em favor da Lamia, símbolo de todos os amantes da paz e da liberdade.

"Pelos direitos humanos. Subscrevemo-nos abaixo assinados, exigindo sua libertação.

Nome. RG. Assinatura. Profissão".

PERU

Bancos estatizados

O Congresso peruano aprovou, dia 29, a lei de estatização dos bancos, companhias financeiras e seguradoras, enquanto os banqueiros desafiavam o governo do presidente Alan Garcia dizendo que não abandonarão voluntariamente suas empresas. Alguns passaram inclusive a dormir na sede dos bancos de que são proprietários e anunciaram que para serem desalojados o governo "terá que recorrer à força pública".

O plano original, enviado por Alan Garcia ao parlamento, foi aprovado a 13 de agosto pela Câmara dos Deputados. Com a ratificação das emendas introduzidas no Senado — após 11 horas de discussão —, o Estado pode assumir imediatamente o controle

de dez bancos, seis financeiras e 51% das ações de dezessete companhias de seguro. Os cinco bancos estrangeiros que operam no país — Citibank, Bank of America, Banco de Londres y America del Sud, Banco Central de Madrid e Banco de Tokyo — não foram incluídos na medida.

Os banqueiros pretendem apelar junto ao Judiciário e ao Tribunal de Garantias Constitucionais contra a medida. Fala-se inclusive que sabotarão o comércio externo do Peru, como forma de debilitar o governo de Alan Garcia e depô-lo. Já o ministro da Economia, Gustavo Saberbein, declarou que assim que a lei for promulgada, o Executivo nomeará os comitês de administração das empresas financeiras estatizadas.

CHINA

Exportando mão-de-obra

Manpower Center, uma multinacional norte-americana, assinou um contrato milionário com a China para a compra de uma mercadoria muito especial: a força de trabalho. Os proprietários rurais norte-americanos estão precisando de 300 mil a 500 mil trabalhadores nas épocas de colheita, mas querem pagar

preços mais baixos do que os salários cobrados pelos trabalhadores locais: importa-se chineses por salários irrisórios, com a cumplicidade do governo da China, que ainda se arvora em socialista... Representantes dos trabalhadores agrícolas norte-americanos estão protestando contra o mercado de carne humana.

DIPLOMACIA

A paz entre gregos e albaneses

Nos últimos dias de agosto, o governo grego pôs fim ao "estado de guerra" declarado contra a Albânia desde 1940, adotando decisão que tem sido considerada "histórica" pela imprensa progressista de seu país. A medida representa um grande êxito do esforço permanente que vem sendo desenvolvido há quatro décadas pelo governo socialista da Albânia em favor da amizade entre os dois povos.

O estado de guerra perdurou por 47 anos graças ao anticomunismo cultivado por sucessivos governos gregos após o fim da II Guerra Mundial. Ele foi decretado num momento em que a Albânia estava ocupada por tropas da Itália fascista, e em que o ditador italiano Mussolini procurava utilizar-se do país como trampolim para invadir também a Grécia.

O território grego acabou sendo ocupado pela Alemanha, em 1941. Mas mesmo após a vitória dos dois povos contra seus invasores, em 1944, o estado de guerra se manteve. Num primeiro momento, porque o poder na Grécia foi disputado acirradamente pelas duas correntes que participaram da resistência contra a invasão alemã: a comunista e a capitalista. As forças pró-ocidentais, que receberam maciço apoio financeiro e militar dos Estados Unidos e da Inglaterra, acusavam a Albânia de interferir em assuntos gregos, apoiando os comunis-

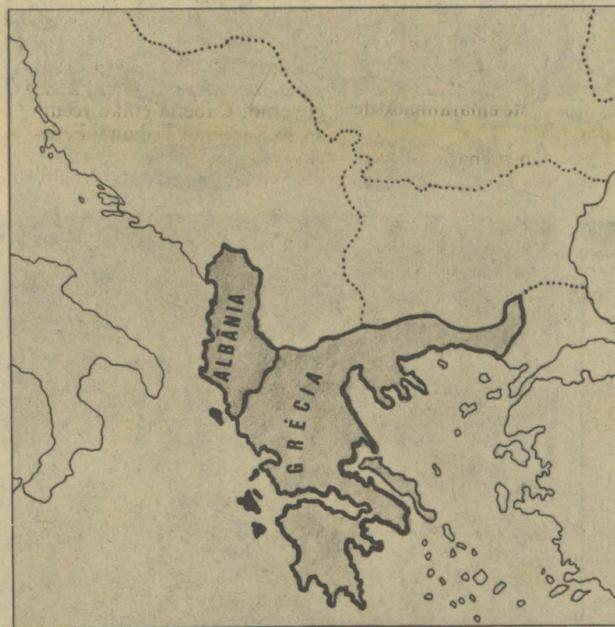
tas, e por isso conservaram atitude hostil contra o governo albanês.

Mais tarde, entre 1967 e 74, a Grécia foi dominada por uma ditadura militar, o que tornou ainda mais difícil uma reaproximação. E entre 1975 e 81, quando assumiu um governo constitucional conservador, os avanços nesse sentido foram tímidos.

As relações greco-albanesas só passaram a progredir significativamente a partir de 81, quando um novo governo grego, formado após uma vitória eleitoral do PASOK - Partido Social Democrata que defende certas teses progressistas - passou a trabalhar contra o prosseguimento das hostilidades. Em 1984 e 85 foram feitos acordos que amenizaram as tensões entre os dois países, e a recente decisão do governo grego liquidou os obstáculos a um amplo entendimento.

A ATUAÇÃO DA ALBÂNIA

Um artigo publicado no mês passado pelo jornal "Zeri i Populit", do Partido do Trabalho da Albânia, fornece detalhes importantes sobre a intensidade do esforço albanês em favor da aproximação. O jornal relata, por exemplo, que mesmo durante o período em que a Grécia sustentou o estado de guerra a minoria grega que vive na Albânia gozou de todos os direitos, inclusive os de conservar e desenvolver sua língua



materna e sua identidade nacional. Nas regiões habitadas por gregos havia até mesmo escolas em que as aulas eram dadas nesta língua, e na Universidade de Girokastra foram instaladas cadeiras especiais de grego. Este último dado foi especialmente destacado pelo ministro das Relações Exteriores, Caroules Papulias, na reunião do Conselho de Ministros da Grécia que optou por suspender o estado de guerra.

A reaproximação entre gregos e albaneses, finalmente efetivada, restabelece em bases plenas uma tradição de solidariedade mútua cultivada entre os dois povos há séculos. Um dos momentos em que este espírito se manifestou de forma mais marcante foi durante a guerra de independência grega, entre 1821 e 1830. Na ocasião, soldados albaneses atuaram junto às tropas gregas, até derrotarem os ocupantes otomanos.

ARGENTINA

A democracia ameaçada pelos quartéis

Nova rebelião militar na Argentina. Na semana passada o país reviveu a intranquilidade política de um levante num

quartel: desta vez a sublevação das tropas do 3º Regimento de Infantaria de La Tablada (a 15 km de Buenos Aires, a capital), dois dias após um "enfrentamento" entre tropas do Exército e bombeiros perto do Campo de Mayo — um dos focos da rebelião da Páscoa, em abril.

Esses fatos ocorreram quando a Junta de Qualificações do Exército, que define as promoções de fim de ano, estava reunida. O chefe do Estado-Maior do Exército, general José Segundo Dante Caridi, busca garantir um comando fiel às suas ordens. Para isso, tirou da subchefia do Estado-Maior o general Fausto Gonzáles, que gozava

da confiança dos rebeldes da Páscoa, e passou para a reserva o ex-major Barreiro, um dos líderes dos amotinados.

Também às vésperas do levante da semana passada, foi decretada a prisão preventiva do tenente-coronel Aldo Rico, que comandou a rebelião do Campo de Mayo. Foi ordenada, ainda, a transferência do comandante do 3º Regimento, tenente-coronel Dario Fernandez Maguer — a causa direta da revolta da semana passada.

O general Caridi precisou ir três vezes ao quartel amotinado para assumir o controle da guarnição. No dia 29 o Ministério da Defesa divulgou um comunicado em que reco-

nhece a "existência de indisciplina" e por isso decidiu "substituir o coronel Dario Fernandez Manguer e transferir três oficiais do 3º Regimento", além de estar "estudando" a situação de um capitão e quatro tenentes do Regimento que fizeram declarações à imprensa sem autorização de seus superiores.

Após mais de quatro anos no poder, o governo Alfonsín ainda não conseguiu limpar as Forças Armadas dos bolsões fascistas. Sua atitude vacilante — que inclui a criação da lei da "obediência devida" para beneficiar criminosos e torturadores fardados — diante dos rebeldes possibilita que novas crises militares surjam. E o país vive sob constante ameaça.



Um dos oficiais amotinados

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda

Rua Agostin Barboza, 53 - Bela Vista - São Paulo

CEP: 01318

Centro de Documentação e Memória

SARNEY: APELO AO PODER

Uma crise fabricada contra o povo

Crise no governo. Sarney fala em "novo compromisso" para formar outro ministério. Mas no meio da manobra parece que os arranjos se revelam impossíveis. Objetivo maior é o presidencialismo, com 5 anos de mandato. Em caso de fracasso, resta ainda a tentativa de melar tudo na plenária ou de criar um impasse obtendo um parecer de STF anulando a Constituinte - o que só teria eficácia com apoio das baionetas.

Não é bem o começo da crise. É mais um desdobramento de uma agonia que vem se arrastando com altos e baixos. E se apresenta de forma suspeita: o ministro do PFL que realmente largou o cargo foi Jorge Bornhaussen, por coincidência incrível, o único que tem um mandato - é senador. Os outros gritaram muito mas não se arriscaram a ficar na chuva.

Como cortina de fumaça, encenou-se uma divergência em torno da nomeação do superintendente da Sudene. Mas a fonte dos problemas está no sistema de composição de forças que sustenta o governo, que o torna incapaz de solucionar qualquer das questões maiores do Brasil, e, particularmente, no esforço desviado do Planalto para impedir que a Constituinte aprove o parlamentarismo e as eleições para presidente em 1988.

Governo Sarney é argumento pró parlamentarismo

Sarney e sua trupe já não sabem o que fazer para conter a maré parlamentarista. Quando perceberam as coisas já tinham ido muito longe. O próprio exercício da Presidência por José Sarney - depois da lição de 21 anos de regime militar - é uma vibrante propaganda da necessidade de colocar fim ao presidencialismo.

Em desespero, o PFL e o Planalto encenam uma crise. Os ditos liberais prometem renunciar aos cargos, para deixar o presidente de mãos livres para recompor a equipe governamental. Sarney faz a sua parte choramingando, dizendo na tal "conversa ao pé do rádio" que não se pode governar sem apoio político. Ao mesmo tempo, chama parlamentares do PMDB ao Palácio e chega a chantagear falando em renúncia. Comenta-se inclusive que ameaçou "entre-

gar todos aos militares", numa reedição piorada da cena de Figueiredo quando falou em "chamar o Pires".

O governo não quer apenas apoio político. O critério para a recomposição seria maioria governamental na Constituinte, para aprovar tudo, inclusive os 5 anos de mandato e o presidencialismo. Quer uma composição com o PFL, com o "centro democrático" do PMDB (em geral ex-arenistas), PDS, PTB, PSC, PL e PCB. E, na votação do presidencialismo, conta com a ajuda do PT e do PDT (que rabo de foguete para os senhores Lula e Brizola!) Com esta política aprofundada ainda mais seu distanciamento do povo pois estas correntes foram exatamente as mais repudiadas nas urnas em 1985 e 86.

Neste jogo fala-se até em substituir Bresser Pereira por Mário Henrique Simonsen, em derrubar os ministros da Previdência, do Desenvolvimento Urbano, da Ciência e Tecnologia e outros.

Mas as coisas não são tão simples. O PTB cria problemas. O deputado Arnaldo Farias chegou a dizer que o apoio é impossível, porque o governo é "corrupto e incompetente". O PDS e o PL também não se mostram muito favoráveis ao jogo. No PFL, só 80 dos 118 deputados aceitam o presidencialismo e só dez dos 15 senadores. No PMDB a manobra ameaça provocar uma crise interna gravíssima. Os governadores peemedebistas, dando um recado indireto, acabam de divulgar um manifesto hipotecando irrestrita solidariedade a Raphael de Almeida Magalhães, alvo principal dos pefelistas. Quêrcia, Valdir Pires, Pedro Simon e outros declaram abertamente que não é hora de alteração no Ministério.

Acontece que o fisiologismo não é um terreno favorável para se construir qualquer coisa sólida. Os fisiológicos são muito pragmáticos: o que



De manobra em manobra Sarney se isola cada vez mais em companhia dos generais - e mesmo estes não se encontram muito coesos

rende mais, apoiar este governo apodrecido ou fingir de oposição para ganhar prestígio nas próximas eleições? Por isto é tão difícil montar o quebra cabeças visando uma maioria agora na Comissão de Sistematização ou depois, no plenário. Por isto o plano, que talvez no papel fosse muito bonito, na hora da aplicação se mostra duvidoso. Sarney que queria mãos livres pode acabar acorrentado de pés e mãos.

Plano para anular tudo que foi feito na Constituinte

Mas a ofensiva governamental não se encerra neste arranjo que, ao que tudo indica, caminha para o insucesso. Se o parlamentarismo passar na Comissão de Sistematização já estão claras as alternativas dos reacionários. Em primeiro lugar, evidentemente, está a tentativa de barrar a mudança através de uma maioria no plenário. Só que não é fácil obter 280 votos neste emaranhado de grupos.

O governo prepara também a possibilidade de derrubar em bloco o projeto de Constituição que sair da Comissão de Sistematização. Em outras palavras, seria anular em plenário o que foi feito até agora e começar tudo de novo. Mas o ministro Almir Pazzianotto

indicou até onde iria esta trama. Ele insinuou - por enquanto apenas insinuou - que nesta hipótese os constituintes atuais "estariam moralmente impedidos" de prosseguir a elaboração da nova Carta, tendo-se que arranjar uma forma para realizar novas eleições. O centro da atividade governista seria então forjar regras do jogo para obter um resultado eleitoral que lhe fosse favorável.

Esta alternativa de certa forma já teria como ponto de partida a introdução no substitutivo atual - chamado de Cabral II - de coisas exdrúxulas, como a eleição indireta no segundo turno para o pleito presidencial, o mandato de seis anos e o tal Conselho de Defesa do Estado.

No caso de nenhuma das manobras anteriores se mostrar viável, o Planalto ainda prepara uma trapaça maior. Juristas de aluguel forjariam um parecer dizendo que a Constituinte não tem poderes para modificar o sistema de governo. Caberia então recurso ao Supremo Tribunal Federal para declarar a ilegalidade do parlamentarismo. Imaginem, o STF, que evidentemente é um poder subordinado à Constituinte, que é soberana para mexer em todas as instituições, passaria a decidir sobre o que pode e o que não pode ser modificado. Evidente-

mente que um golpe neste estilo só poderia ir adiante se apoiado nas baionetas. Seria mais uma missão das Forças Armadas na defesa da tal "ordem interna" que tanto teimam em manter como função na Carta Magna.

Restaria saber se os brasileiros estão dispostos a aceitar esta marcha (sem trôcadilho) dos acontecimentos. Não estamos mais em 1964 e acabamos de viver uma experiência de duas décadas com generais no poder. (Rogério Lustosa)

Ação de massas

O parlamentarismo não é evidentemente nenhuma solução mágica para os problemas do país. A crise atual é apenas um desdobramento da batalha por mudanças em profundidade - pela democracia, pela reforma agrária e pela soberania nacional. Sem tocar nestas questões fundamentais não há governo que possa administrar o país com sucesso.

Mas a mudança de sistema de governo representaria, sem dúvida, uma derrota de peso para o arbítrio e para o militarismo. Daí o desatino dos poderosos. E inclusive os indícios de apelo à força bruta.

Neste quadro de instabilidade, nota-se por outro lado uma profunda contradição entre o descontentamento enorme do povo e o seu grau ainda relativamente baixo de organização. O ambiente é de radicalização poucas

vezes vista. Mas a capacidade de concretizar o anseio de transformações em movimento de massas é menor do que as necessidades. Os próximos comícios por diretas 88 traduzem uma tendência dominante entre os brasileiros. Mas ainda mobilizam contingentes menores do que seriam suficientes para levar de arrastão os planos reacionários, no nível do que ocorreu em 1984.

Neste momento, torna-se particularmente importante para todos os democratas concentrar esforços para reverter esta debilidade. Uma arrancada das massas nas ruas pode permitir uma vitória parcial da democracia ao aprovar o parlamentarismo mesmo no quadro de uma Constituição conservadora. E pode frustrar os arrebancos de cunho golpista que se insinuam no cenário nacional.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Os bons resultados das primeiras votações

Num clima de grande morosidade, a Comissão de Sistematização da Constituinte iniciou, no dia 24 de setembro, a votação do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral. Até a última quarta-feira já haviam sido votados o Preâmbulo, o Título I - Dos Princípios Fundamentais - e 26 parágrafos do Capítulo I do Título II - Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que têm um total de 56 parágrafos. Nessas primeiras votações, os setores progressistas conseguiram importantes e significativas vitórias, fazendo aprovar alguns destaques que aprimoram o texto constitucional.

Embora essas votações iniciais tenham representado algumas vitórias, elas não podem servir como um parâmetro claro para uma definição da correlação de forças na Comissão de Sistematização, na medida em que até agora nenhuma das questões mais polêmicas foi colocada em votação. De qualquer maneira, tirando-se uma média por esses embates iniciais, chega-se a uma conclusão: há um claro equilíbrio de forças na Comissão entre os setores progressistas e os conservadores, sendo que o fiel da balança é o setor de centro-esquerda do PMDB, representado pelo grupo do líder em exercício, Euclides Scalco, pelo grupo do senador Mário Covas e pelos seguidores do senador Fernando Henrique Cardoso. Se esse setor se aliar aos partidos que integram a articulação progressista - PCdoB, PT, PDT, PSB e MUP do PMDB - a vitória estará assegurada.

De todas as conquistas obtidas nessas primeiras votações uma das mais importantes diz

respeito à definição de que a tortura é um crime imprescritível, inafiançável e não passível de anistia. O texto original do substitutivo contemplava, essa definição mas incluía no mesmo rol dos crimes imprescritíveis o tráfico ilícito de drogas. A Comissão aprovou por 56 votos contra 36 um destaque solicitado pelo deputado Euclides Scalco retirando a expressão tráfico ilícito de drogas,

dando assim um relevo maior à caracterização da tortura como crime imprescritível. Além disso, foi aprovado por unanimidade um destaque de autoria do deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), incluindo a punição não só para os executores como também para os mandantes da tortura. Com isso, o texto constitucional cria condições para que a tortura seja rigorosamente punida em

nosso país. Nesse terreno, os progressistas obtiveram ainda uma outra vitória, ao rejeitarem por 49 votos contra 42 um destaque solicitado pelo deputado Roberto Balestra, que pretendia incluir o terrorismo como crime imprescritível e inafiançável, misturando um crime claramente definido e comprovável, como a tortura, com o terrorismo, que exige um critério subjetivo de

juízo.

Outra importante vitória foi a retirada da expressão "e excluída a que incitar a violência", do parágrafo 5º do artigo 5º do substitutivo, garantindo assim o fim irrestrito da censura.

Uma das primeiras votações da Comissão de Sistematização ganhou grande repercussão na imprensa diária. Foi a de um destaque solicitando a supressão do Preâmbulo da Constituição da expressão "sob a proteção de Deus". Apenas o líder do PCdoB, deputado Haroldo Lima, votou a favor, numa demonstração de profunda coerência política que foi elogiada por diversos constituintes, inclusive os do grupo evangélico. Haroldo Lima justificou seu voto dizendo que, embora respeite e defenda a mais ampla liberdade religiosa e de culto, o PCdoB defende igualmente uma Constituição laica para o país, que contemple com nitidez a separação entre Igreja e Estado. Ao contrário de Haroldo, outros constituintes que se dizem ateus e marxistas votaram contra o destaque, adotando uma postura nitidamente fisiológica e hipócrita. Um desses constituintes foi o líder do PCB, Roberto Freire.

Os conservadores sofreram uma derrota com a rejeição do destaque solicitado pelo deputado José Mendonça de Moraes, que pretendia incluir no texto constitucional a expressão "direito à vida desde a concepção até a morte natural", proibindo, assim, integralmente a prática do aborto. O destaque foi rejeitado por expressiva maioria: 70 votos contra apenas 17 a favor. O senador Roman Tito

(PMDB-MG) foi o autor de um dos mais interessantes e expressivos destaques feitos até aqui. Ele queria suprimir do texto constitucional o parágrafo que estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido. Sob o argumento de que a inclusão desse dispositivo no texto constitucional dá margens a interpretações que acabam por institucionalizar privilégios e injustiças, como por exemplo as concessões minerais e o próprio mandato do presidente Sarney, o senador mineiro solicitou a sua supressão. Infelizmente, o destaque não foi aprovado, tendo obtido apenas 23 votos favoráveis contra 63 contrários, inclusive de diversos constituintes progressistas que não entenderam a dimensão exata da proposta.

Em compensação, a Comissão de Sistematização rejeitou, por esmagadora maioria de votos, pedidos de destaque que pretendiam incluir a pena de morte no texto constitucional, de autoria dos constituintes Amaral Netto (PDS-RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Carlos Sant'Anna, líder do presidente Sarney na Constituinte, e Farabulini Júnior (PTB-SP).

Um outro destaque importante aprovado pela Comissão de Sistematização foi de autoria do deputado Vitor Fontana e estabelece a possibilidade de prisão civil para os casos de tributos descontados de terceiros e não repassados para o poder público, como ocorre com as empresas que recolhem o INPS de seus empregados e não o recolhem à Previdência. O destaque foi aprovado por 55 votos contra 32. (Moacyr de Oliveira Filho)

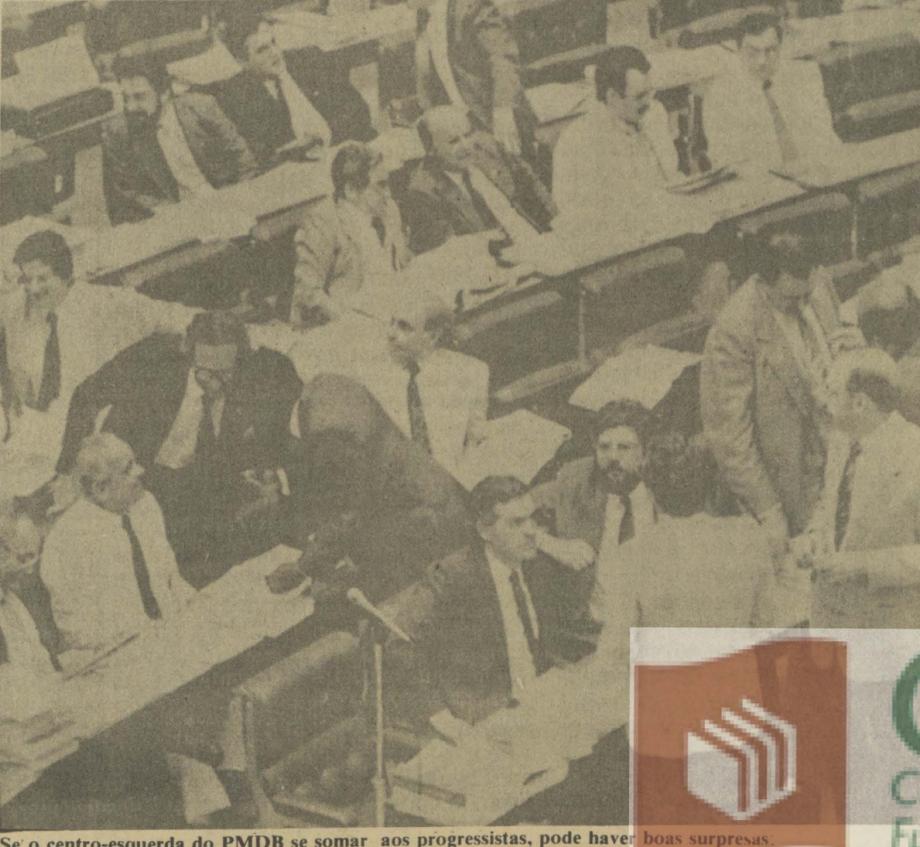


Foto: Lula Marques

Se o centro-esquerda do PMDB se somar aos progressistas, pode haver boas surpresas.



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

REUNIÃO FMI/BIRD

As velhas receitas

A dívida externa foi, uma vez mais, o centro das preocupações na reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, realizada durante a semana passada em Washington. O encontro transcorreu sem maiores novidades, mas deixou patente que o problema do endividamento, longe de ser resolvido, vem se agravando ano a ano.

De tal constatação nem mesmo os presidentes do FMI, Michel Camdessus, e do BIRD, Barber Canable, que abriram a reunião, puderam fugir. O dirigente do Banco Mundial confessou que a forma com que a questão vem sendo tratada chegou a "um ponto crítico".

O MESMO REMÉDIO

Contudo, isto não significa que os credores pretendem amenizar as condições que estão impondo para a renegociação dos débitos (hoje somando mais de 1 trilhão de

dólares no conjunto de países dependentes). O próprio secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, advertiu que não se pode esperar "grandes mudanças na política macroeconômica" dos países imperialistas. No que diz respeito particularmente à questão da dívida externa, insistiu nas negociações convencionais (ao modo do que até aqui tem sido feito), além de lembrar o plano que ele próprio apresentou a uma outra reunião conjunta FMI/BIRD, realizada em 1985 na Coréia do Sul.

Na verdade, nem mesmo o plano Baker, mediocre diante da grandeza da dívida, foi implementado. Ele supunha a reabertura parcial dos créditos manobrada pelos bancos privados, de forma a possibilitar o refinanciamento de parcelas dos débitos. Mas foi ignorado até mesmo pelos banqueiros, que atualmente não querem saber de liberar dinheiro para as economias dependentes.

NOVAS MORATÓRIAS

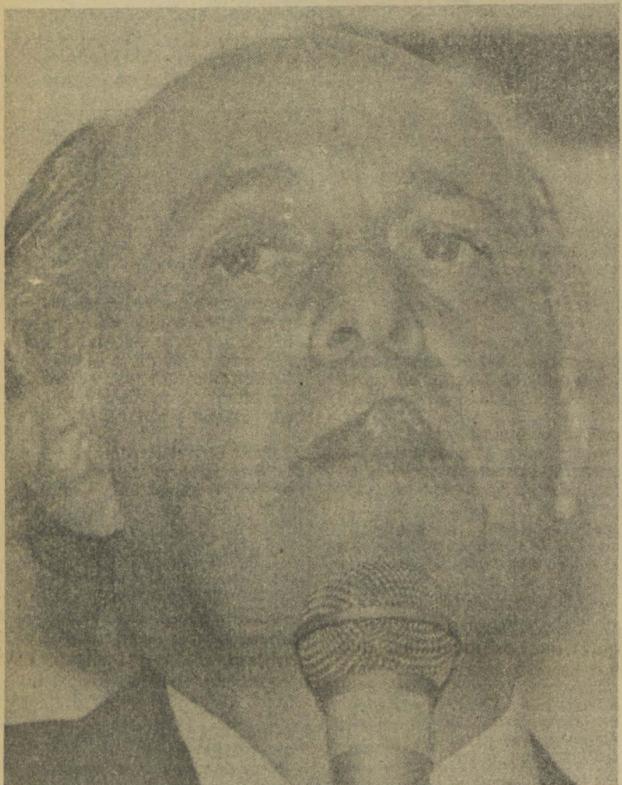
Registre-se que os porta-vozes dos credores voltaram a bater na tecla de "soluções imaginativas" como, especialmente, a de transformação das dívidas em investimentos diretos na economia, na forma como vem sendo implementada na Argentina, México, Chile, Brasil e outros países. Ou seja, implicando numa desnacionalização ainda mais desenfreada da economia, sem trazer qualquer tipo de alívio, mesmo de curto prazo, à crise.

Por outro lado, a ingovernabilidade da dívida é neste ano ainda maior, conforme o Grupo dos 24 (que reúne os endividados) procurou deixar claro. Em comunicado distribuído durante o encontro, o grupo destacou que novos países deverão suspender o pagamento dos juros ao exterior, por motivos técnicos — ou simples impossibilidade de pagar. O Grupo de Cartagema (composto por países latino-americanos), por seu turno, acatou proposta do governo peruano repudiando a ingerência do FMI nas economias da região e sugerindo o pagamento da dívida "de acordo com a capacidade de cada país". Formou-se também o grupo dos três maiores países endividados (Brasil, México e Argentina), que reivindicam novas bases para a renegociação dos débitos.

INTRANSIGÊNCIA

Mas a intransigência dos credores foi ressaltada ainda nos novos lances da renegociação da dívida brasileira. Na semana passada, o Clube de Paris declarou sem efeito a parte do acordo concluído com o governo brasileiro no início deste ano, relacionado ao rescalonamento do principal de débitos vencidos durante o primeiro semestre de 1987.

O órgão (que representa os interesses das agências governamentais de créditos — os Exibanks) reafirmou que só negocia com a equipe brasileira depois que for firmado um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional. A hipótese de um entendimento com os banqueiros privados, por outro lado, ainda é remota.



Olha ele aí, é mesmo um retrato da renegociação da dívida brasileira

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Chantagem multinacional

Enquanto a Associação Norte-Americana dos Laboratórios Farmacêuticos pressiona o governo dos Estados Unidos para aplicar represálias ao Brasil por não respeitar as patentes de remédios, suas filiais desenvolvem, em nosso país, uma luta sem quartel para conseguir a liberação de preços de seus produtos. Visam, assim, auferir mais lucros que são enviados para suas matrizes nos Estados Unidos. É uma luta travada em dois campos, com a ajuda de setores entreguistas nacionais. Pretendem manter a dependência tecnológica de nosso país e a exploração descabida que as multinacionais farmacêuticas desenvolvem em nosso mercado.

A chantagem das multinacionais é não lançar mais novos tipos de medicamento no país e, em último caso, desativar suas indústrias aqui instaladas. Com esse imenso poder de pressão, querem manter o Brasil no atraso e na dependência. A situação levou a Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios, Assibral, a protestar contra esse movimento desenvolvido pelas multinacionais farmacêuticas para tentar impor o modelo de patentes industriais

norte-americano ao Brasil.

Segundo o presidente da Assibral, Pedro A. Ynterian, a patente, como é concebida nos EUA, é uma forma habilidosa de explorar a população através de grandes consórcios que arrecadam dez vezes mais do que investem em pesquisas, embolsando lucros fantásticos em nome da saúde do povo estadunidense. Aliás, o povo dos EUA é um dos mais explorados por esse sistema em todo o mundo. A patente tem provocado, nos Estados Unidos, uma hiperinflação nos preços dos remédios, ocasionando um lucro líquido às empresas farmacêuticas de até 15%, quando o lucro normal das empresas ianques é de até 3%.

CAOS PARA O BRASIL

Pedro Ynterian alerta que, caso o modelo de patentes norte-americano fosse implantado em nosso país, toda a nossa rede de laboratórios oficiais, farmácias e até mesmo hospitais deixaria de fabricar muitos medicamentos que hoje produz. Os minguados 15% do mercado nacional de remédios produzidos pelos laboratórios nacionais também seriam seriamente atingidos, ocasionando o fechamento de cerca

de 400 laboratórios ou a sua entrega para as múltiplas. Também a exportação de medicamentos feita pelo Brasil estaria comprometida e voltaria para as mãos dos monopólios internacionais.

Esse é o caso da indústria farmacêutica. No caso do diagnóstico de saúde, o problema seria ainda maior. Nessa área, a indústria nacional já domina 80% do mercado, consequentemente, inclusive, a aplicação da lei de similaridade pela Cacex.

A maioria dos produtos nacionais da área de diagnóstico, caso a patente seja estabelecida pelos moldes norte-americanos, seria sumariamente impedida de ser fabricada aqui. O país voltaria à situação de dez anos atrás, quando limitava-se a importar esses produtos. E pobre do país que não consegue sequer diagnosticar suas doenças!

Os exploradores multinacionais querem ainda investir sobre a patente das idéias, uma forma de impedir que países como o nosso desenvolvam novos campos de conhecimento e adquiram a tecnologia necessária para sua soberania e desenvolvimento.

(Luiz Aparecido)

PARÁ

CPI vai apurar morte de Fonteles

A Assembléia Legislativa do Pará instalou, solenemente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o assassinato do dirigente comunista e ex-deputado Paulo Fonteles, ocorrido há mais de três meses atrás. A CPI foi proposta pelo deputado Haroldo Bezerra.

Os populares presentes à instalação ouviram atentamente os compromissos dos parlamentares, o emocionante apelo da mãe de Fonteles, dona Carolina, agradecendo aos deputados e ao mesmo tempo solicitando-lhes que se

esforcem para contribuir com o povo trabalhador. "Acabando com o banditismo, desvendando este crime, tudo fazendo para que os culpados sejam apresentados à Justiça, unindo-se aos milhares de brasileiros que esperam pela Justiça".

Compareceram diversas lideranças sindicais, os familiares, dirigentes da Fundação Paulo Fonteles, membros do PCdoB além de populares.

O delegado Otacilio Mota, que presidiu o inquérito policial sobre o caso, chegou a concluir a culpa-

bilidade do dirigente da execução criminal, capitão James Vita. Revelou inclusive os nomes dos pistoleiros e enviou para todo o Estado os retratos falados dos envolvidos, pedindo sua prisão preventiva. Porém nada mais avançou depois disto. A CPI pode jogar peso desvendando mistérios que envolvem a ligação do capitão James com latifundiários do Estado e autoridades influentes — alguns dos quais ameaçaram Paulo Fonteles devido às suas atividades em apoio à luta pela reforma agrária. (da sucursal)



10 mil, avalia um jornal baiano. 15 mil segundo os organizadores. O comício superou as expectativas

DIRETAS-88

Vitória da unidade

Dez mil, calculou um jornal local. Quinze mil, avaliaram os organizadores. O certo é que o comício pelas eleições diretas para presidente da República em 88, realizado dia 25 em Salvador, superou as expectativas.

Reforçou a unidade das forças progressistas, deixou evidente a insatisfação popular contra o governo Sarney e abriu caminho para novas manifestações de massas em torno da campanha.

Desde cedo a Praça Municipal, no centro histórico de Salvador, viveu o clima de comício. Militantes dos partidos e entidades organizadoras estendiam faixas e painéis, ajudavam na montagem do palanque. Desmontavam na prática a verdadeira campanha contra que se armou na grande imprensa e entre setores do PMDB e do PFL, que ganharam espaço para torpedear a proposta, apostando no fracasso. Somente nos dois dias anteriores ao comício, a TV Aratu (do senador Luiz Viana Neto, PMDB e a TV Itapoan, do empresário Pedro Irujo, pai do deputado estadual Luiz Pedro Irujo, também PMDB), abriram espaço para divulgação. A "Tribuna da Bahia" do deputado Joaci Goes, comentou que o comício seria um

teste da capacidade de mobilização do PCdoB.

VITÓRIA DA UNIDADE

Na verdade, foi uma vitória da unidade. PCdoB, PT, PCB, PSB e setores progressistas do PMDB juntaram-se à Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), União dos Estudantes da Bahia (EUB) CPT, UNE, Andes, e conseguiram manter esta unidade na preparação e realização do comício. A nota distoante coube ao PDT: Brizola não compareceu, a organização não mandou representante nacional e o diretório regional decidiu não mandar representante ao palanque.

Houve discurso e show. O Taronco, conjunto musical que se dedica à música latino-americana, tinha apresentação em Salvador e deu uma "canja". Artistas populares baianos, como Carlos Pita, Zelito Miranda, Luiz Muritiba, Jorge Portugal e Lazzo Matungi, além da Banda Mel, participaram. Vieram caravanas do interior — o município operário de Camaçari, com apoio do prefeito Luiz Caetano, mandou 10 ônibus — de bairros e de categorias em greve — como os previdenciá-

rios — ou em campanha salarial — como os bancários. Sem apoio oficial e sem transporte gratuito, como em outras capitais, o comício de Salvador foi uma grande vitória da capacidade de mobilização das forças progressistas.

Nos discursos, críticas contundentes ao governo Sarney e a defesa das diretas e da Constituinte progressista. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, lançou uma proposta de grande repercussão: é preciso mobilizar o povo, disse ele. Para isso, propôs a instalação de tribunas populares nas praças das capitais e grandes cidades, funcionando o dia todo e onde a população possa participar de todas as formas, com músicas, poesias, teatro e, especialmente, com uma linha direta com a Constituinte para debater as questões em votação. Lula, do PT, reforçou a importância da unidade, ressaltando que "mesmo assim será uma briga difícil". O governador Fernando Collor, de Alagoas, confirmou que não aceita nem se dobrará "às pressões do Planalto".

A unidade do comício evidenciou-se também no palanque, com lideranças dos diferentes partidos, parlamentares constituintes e dirigentes de entidades sindicais e populares.

(da sucursal)

Obstrução reacionária

Uma importante questão está colocada na ordem do dia da Comissão de Sistematização: o que acontece caso o substitutivo do relator Bernardo Cabral não seja integralmente votado até o próximo dia 8 de outubro, data anteriormente definida pela Mesa da Constituinte para a conclusão dessa etapa dos trabalhos? Alguns setores e o próprio Bernardo Cabral já deram declarações públicas defendendo a idéia de que, nesse caso, o texto do segundo substitutivo deve ser remetido ao plenário, sem a manifestação da Comissão de Sistematização. Ou seja, o que não conseguir ser votado vai para plenário na forma em que está colocado no segundo substitutivo.

Amparados nessa hipótese, os setores ligados ao governo deixaram claro sua tática nos primeiros dias de votação: obstruir os trabalhos com intermináveis questões de ordem para dificultar a conclusão da votação. Com isso, eles queriam, na verdade, impedir que as questões polêmicas fossem votadas pela Sistematização e, assim, ampliar a margem de fisiologismo governamental para angariar votos favoráveis em plenário, principalmente para o presidencialismo.

Isso é inaceitável. Na prática, essa regra significaria a aplicação do decurso de prazo para a Comissão de Sistematização e a sua completa desmoralização. É preciso garantir, a qualquer custo, que a Sistematização vote integralmente o substitutivo do relator, pois esse é o dever regimental. O raciocínio dos setores ligados ao governo parte da constatação de que a correlação de forças na Comissão de Sistematização não lhes é totalmente favorável como poderá ser no plenário, principalmente depois do anunciado documento com o programa mínimo de governo que o presidente Sarney está para anunciar. Com esse documento, o governo pretende recompor, de forma impositiva e fisiológica, sua base de apoio parlamentar e angariar votos para as suas propostas na Constituinte.

Para evitar que isso ocorra, os líderes partidários tomaram algumas decisões com o objetivo de agilizar os trabalhos de votação da Comissão de Sistematização como a retirada de parte

OPINIÃO PARLAMENTAR



Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte

substantial dos excessivos 8 mil destaques apresentados, a regularização das normas regimentais para as sessões da Comissão e a eleição de dois novos vice-presidentes para auxiliar no encaminhamento dos trabalhos e dar mais agilidade à Mesa.

Com isso, espera-se que os trabalhos se agilizem, embora a essa altura já parece claro para todos que será impossível o cumprimento do prazo previamente estabelecido para 8 de outubro. Nesse sentido, estamos propondo que esse prazo seja oficialmente prorrogado até que a Sistematização consiga cumprir integralmente a sua tarefa. Votar até o fim é o objetivo principal. Afinal, os prazos da Constituinte já foram sucessivas vezes alterados, sempre para atender a determinados interesses. Agora, uma nova alteração é decisiva para garantir o bom funcionamento dos trabalhos, a manifestação integral da Sistematização e o debate amplo e profundo dos temas constitucionais.

Qualquer outra decisão por parte do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, será inaceitável, pois terá o único objetivo de beneficiar os setores conservadores e ligados ao Palácio do Planalto. A nova Constituição é um documento importante e não pode ser decidida a toque de caixa ou ao sabor da vontade do governo e de seus aliados. O mais amplo debate sobre todos os temas é uma garantia de que a futura Constituição será, efetivamente, a expressão da vontade popular.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Centralismo e democracia

Na luta pelo governo, e por certas modificações no regime vigente, as várias camadas da burguesia e da pequena burguesia organizam diferentes partidos políticos. Mas o proletariado também organiza o seu partido, radicalmente diferente de todos os outros. Seu objetivo é a luta pelo poder e a construção de um novo regime social, mais avançado. Para cumprir esta meta revolucionária precisa de uma organização apoiada nos alicerces do centralismo democrático.

UNIDADE DIALÉTICA

Esta denominação, centralismo democrático, expressa uma estrutura monolítica, centralizada, mas que funciona democraticamente. Centralismo e democracia são polos de uma unidade dialética, que não podem de maneira alguma ser separados. Um não existe sem o outro.

Mas vez por outra, elementos influenciados por concepções pequeno-burguesas tentam separar mecanicamente o centralismo da democracia. Vivem reclamando democracia. Abominam o centralismo.

O que seria esta democracia? Cada um discutir o que bem entende quando melhor lhe aprouver. Cada um questionar a qualquer momento as orientações partidárias. Cada um aplicar as diretrizes que achar acertadas e deixar de lado as que não gostar. Cada um tomar as iniciativas que lhe der na telha sem levar em conta um planejamento global. E, de acordo com o pensamento de um determinado agrupamento, organizar tendências no interior do partido. Este é, em traços gerais, o tipo de funcionamento das agremiações pequeno-burguesas e social-democratas. Veja-se por exemplo a estrutura do PT. Em cada encontro que realiza, diz que combate "os partidos" no seu interior mas, ao mesmo tempo, reafirma o direito de tendência - e obviamente tudo permanece na mesma, cada grupo puxa a brasa para a sua sardinha.

A PARTE E O TODO

Evidentemente que um destacamento amorfo como este pode, no máximo, servir para a luta reformista. Enfrentar a fortaleza do Estado burguês sem uma vanguarda monolítica, que age como um punho de ferro, seria uma aventura suicida.

A organização centralizada implica em que todos se subordinam às decisões tomadas pela maioria, que as organizações inferiores se subordinam às direções superiores e o conjunto do partido se guia pelo Comitê Central - ou seja, que cada parte se subordina ao todo. Ao mesmo tempo, estas direções são eleitas democraticamente de baixo para cima, pelos militantes. Todos participam da vida partidária discutindo os problemas e ajudando a elaborar a política. Por outro lado esta troca de opiniões não é anárquica, como tanto gostariam que fosse os que se consideram centro do mundo. A discussão tem normas. Cada um debate no seu organismo e não a torto e a direito, onde acham melhor. Os temas em questão também são planejados. Não está tudo em aberto a todo momento. Nas ocasiões dos congressos, o coletivo se volta para as orientações mais gerais. Realizada a polêmica e decidida a política pelos delegados eleitos, a orientação se torna obrigatória para todos. Entram então em pauta, no dia a dia, em todos os níveis, as questões referentes à aplicação da política.

Não teria cabimento paralisar a atividade prática porque Fulano ou Ciclano se mostram insatisfeitos com a vontade da maioria. O partido do proletariado não pode ser confundido com um clube de dilettantes que, acima da tarefa de mudar as coisas, coloque a satisfação pessoal de chegar ao consenso em cada detalhe. Coisa que aliás provavelmente jamais se alcançaria. A democracia precisa do centralismo. E vice-versa.

(Rogério Lustosa)

ANTICOMUNISMO

A filosofia da derrota

"O marxismo está morto" - esta velha cantilena dos ideólogos, da burguesia, foi entoada recentemente, outra vez, pelo embaixador escritor e antigo funcionário dos regimes militares, José Guilherme Merquior, numa entrevista à "Folha de S. Paulo", onde ele disse que o marxismo está em um "momento de liquidação", e não tem mais horizontes. Teria razão este arauto do fim da teoria fundada por Marx e Engels?

Merquior é um intelectual e crítico costumeiro não só do marxismo, mas também de várias outras formas de pensamento crítico à dominação burguesa, que aparece nos quase vinte livros que escreveu desde 1965. Ex-assessor do ministro Leitão de Abreu, durante o governo Figueiredo, e atual embaixador do Brasil no México, Merquior abriu sua polémica mais direta com o marxismo no começo do ano passado, quando publicou em Londres seu "O Marxismo Ocidental", traduzido para o português em dezembro de 1986. Na Inglaterra, o livro foi saudado como um "extenso exercício de crítica intelectual" pelo *Times Literary Supplement*, e como o melhor lançamento do ano pelo *Financial Times*, o jornal dos banqueiros londrinos.

Em seu livro, Merquior faz um balanço extremamente crítico do "marxismo ocidental" que não passa, diz ele, de uma teoria da crise da cultura elaborada por intelectuais humanistas que repudiam radicalmente a ciência, a cultura e a sociedade burguesas - aquilo que os alemães chamam de *Kulturkritik*, cujo traço mais característico é o pessimismo e a denúncia do progresso como origem de todos os males. Mas, como não podia deixar de ser, ele faz uma crítica pela direita, joga pesado contra o marxismo clássico: acusa-o de ser uma espécie de religião dos sindicatos e partidos operários, cuja base mitológica seria a "teoria da alienação" de Marx; nega a existência da mais-valia; diz que a teoria do valor está ultrapassada; que a noção do papel revolucionário do proletariado não tem fundamento; diz, principalmente, que a revolução social que o europeu Karl Marx pôs no futuro próximo, pertence na realidade histórica "à infância do capitalismo industrial" e que Marx "não estava filosoficamente preparado para pensar no comunismo como uma superação moral do capitalismo".

Merquior, em seu livro, não é novo nem original ao criticar o marxismo

Os argumentos de Merquior contra o marxismo não são novos nem originais. Na verdade, já se tornaram moeda corrente entre conservadores, repetidos à exaustão pela imprensa e nos livros de autores que são apresentados como o supra-sumo da produção intelectual moderna, desvinculada, dizem eles, dos preconceitos do passado (sem qualquer ligação com os clássicos do marxismo, querem dizer). Esses argumentos são, na verdade, o núcleo do ataque conservador às teses centrais do marxismo, como a dialética, a teoria do valor, a mais-valia, a teoria da luta de classes etc. Por isso, não se renovam. Mais que isso, os teóricos "marxistas ocidentais" acharam necessário "completar" o marxismo dando-lhe uma fundamentação filosófica que, argumentam, a obra de Marx não oferece. Assim, cada um deles foi procurar, nos filósofos do passado de sua preferência pessoal, novos predecessores para o pensamento de Karl Marx. Nessa trilha, o "marxismo ocidental" floresceu como três escolas principais, a chamada Escola de Frankfurt, fundamentada na herança hegeliana; os "marxistas" franceses, que oscilam do existencialismo de Sartre ao estruturalismo de Althusser (que apoiou-se em Spinoza para expurgar os traços hegelianos da dialética marxista) e, finalmente, os revisionistas italianos.

A obra de autores como Walter Benjamin, Adorno, Horkheimer, fundadores e principais animadores da Escola de Frankfurt; dos italianos Della Volpe e Lucio Colletti; dos franceses Lefebvre, Sartre e Althusser, ilustra o abandono da luta revolucionária das análises econômicas e políticas, e fizeram da filosofia, da teoria literária e da cultura, seu



principal objeto de análise. O traço principal dessa filosofia da derrota que foi o "marxismo ocidental" é a cisão entre a teoria e a prática. Borkenau, um expoente da escola de Frankfurt, defendeu a tese da "obsolescência da teoria do potencial revolucionário do proletariado", uma antecipação daquilo que Herbert Marcuse vulgarizaria nos anos sessenta. Hoje, o herdeiro da escola de Frankfurt, Jurgen Habermas, é elogiado por Merquior justamente por esse abandono da revolução. Merquior diz que ele é um erudito "que extraiu o veneno da subversão da teoria crítica".

O marxismo, entretanto, é uma forma de pensamento que rompeu tanto com o idealismo quanto com o materialismo anteriores, e o debate atual é apenas mais um capítulo de sua luta contra o idealismo. As filosofias anteriores davam respostas insatisfatórias para o problema fundamental das relações entre o ser e o pensar. Dependendo da resposta que cada filosofia oferecia a esta questão, ela definia-se como idealista (colocando a origem do conhecimento no pensamento) ou materialista (dando ênfase no mundo material, exterior ao pensamento).

Na medida em que a pesquisa científica se desenvolveu, a partir dos séculos XVII e XVIII, as soluções encontradas tornavam-se cada vez mais problemáticas, pois emergia com força a questão da identidade entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. A solução deste problema era crucial para a legitimidade do conhecimento científico: só podemos ter certeza que nosso conhecimento corresponde de fato ao que existe no mundo, que ele não é mera criação de nosso próprio espírito, se a resposta para essa identidade for positiva. Qualquer dúvida a respeito destrói a base de todo o conhecimento objetivo.

A unidade fundamental que há entre o ser e o pensamento acabou se impondo à filosofia e foi reconhecida de forma idealista por Engels. Marx extraiu daí a dialética materialista, compreendendo esta unidade sob o conceito de totalidade. Na *Introdução à crítica da economia política*, ele desenvolveu o segredo do conhecimento, cujas categorias caminham entre o concreto e o abstrato, para produzir representações mentais que, ao contrário de representações caóticas de um todo, são ricas totalidades de determinações de relações numerosas, nas palavras de Marx: "Vale lembrar o que ele escreveu: 'O método que consiste em elevar-se do abstrato

ao concreto é para o pensamento precisamente de maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado. Mas também não é este o processo da gênese do próprio concreto". Marx critica os idealistas, que consideravam que é a consciência que produz o conhecimento.

O marxismo é uma teoria perigosa para o pensamento burguês...

Os críticos do marxismo rejeitam essa forma de pensamento. Pensadores radicais da burguesia, eles não aceitam uma filosofia rigorosamente materialista, que retire suas categorias do conhecimento do mundo real. Eles rejeitam, radicalmente, o desenvolvimento leninista das indicações deixadas por Marx, a teoria do reflexo, que compreende o conhecimento como expressão do mundo real no espírito humano, que opera por aproximações sucessivas e cada vez mais detalhadas e enriquecidas das contradições do mundo real. Uma filosofia como essa é perigosa para o mundo da burguesia; por isso, recorrem a filósofos anteriores - o mais frequente é Kant, um dos mais completos pensadores da burguesia - onde buscam argumentos para embaçar a força da dialética materialista e contrabandeiam velhos preconceitos idealistas tentando fazer do marxismo uma caricatura. Neste sentido é que Merquior fala de Marx como um filósofo despreparado para compreender a superação moral do capitalismo; Marx não estava preocupado com isso. Ele sabia da necessidade de superação real, prática, desse sistema, e isso decorre da própria dinâmica do sistema capitalista e não de qualquer avaliação moral que se faça dele. Essa moral filosófica que Merquior diz faltar ao marxismo - e ele elogia Jurgen Habermas por pretender imputá-la ao materialismo histórico - é descendente da ética kantiana, que contrapunha indivíduo e sociedade, vida privada e vida social, tal como ocorre no capitalismo. Esta ética é, na verdade, a ética do capitalismo. Para Marx, a relação entre indivíduo e sociedade não é dicotômica, mas dialética. Não são entidades distintas que se defrontam, mas partes de uma mesma totalidade, que se influenciam mutuamente e que lançam a base de uma moral nova: a realização mais completa e radical do indivíduo se dá não no rompimento com a sociedade, mas no desenvolvimento harmônico de seu conjunto. Isso somente poderá ocorrer e ocorre numa

sociedade que supere o capitalismo.

Como teoria e prática, o marxismo é uma poderosa afirmação de confiança na capacidade dos homens de resolver seus próprios problemas. Apesar disso, está longe de ser um mero humanismo, pois sabe que os homens estão divididos em classes, e que esta divisão - e a radical oposição de interesses que ela ocasiona - condiciona todas as relações sociais e impõe sua marca nas soluções que os homens terão que encontrar para os impasses de sua vida em sociedade. O marxismo nunca foi uma moral, no sentido filosófico tradicional, mas sim, uma ciência, um guia para a ação, como dizia Engels. E sua força nutre-se da íntima articulação entre teoria e prática que está sempre presente nos clássicos - eles foram os teóricos do proletariado e dirigentes de seus partidos, cujas menores ações eram cuidadosamente fundamentadas numa teoria rigorosa.

... e está a serviço da emancipação de toda a humanidade

A lição deixada pelos clássicos é dura e árdua: devemos partir do conhecimento já existente, daquilo que foi acumulado pelos que viveram antes de nós, e através do exame concreto de situações concretas (como dizia Lênin) fazê-lo avançar. O marxismo é uma doutrina que comporta um conjunto de teses que explicam a realidade, baseadas num método - a dialética materialista - e que está a serviço de uma classe, o proletariado, para transformar radicalmente toda a sociedade, abolir e instaurar um sistema igualitário entre os homens, libertando afinal toda a humanidade da opressão, da ignorância e da miséria.

Ao falar da morte do marxismo na entrevista à "Folha de S. Paulo", Merquior apontou duas possibilidades para sua "sobrevivência": o chamado marxismo analítico, de algumas universidades inglesas e dos países nórdicos, um marxismo desarmado, "sem luta de classes, sem profecias progressistas"; e as "tendências neogramscianas", simbolizadas no Brasil pelo escritor Carlos Nelson Coutinho, que "arquivam tudo o que possa haver de demasiadamente isolacionista, intransigente, dogmático e sectário em postulações marxistas anteriores". Merquior expõe essas considerações, seu desejo inconfundido de manutenção do capitalismo. (José Carlos Ruy)

DE OLHO NO LANCE

Nau sem rumo

Não basta o desejo para se ter uma posição progressista. Às vezes, por uma interpretação equivocada da conjuntura, certas pessoas ou grupos, que fazem de si mesmos um excelente juízo, colocam-se em companhia muito embaraçosa. Falando até em revolução, na prática trabalham pela manutenção do que tem de mais conservador.

Veja-se a exdrúxula situação do PT. A julgar por apreciações dos próprios petistas, este agrupamento é a luz do mundo. Mas quando se acende uma simples vela, encontra-se esta gente na mesma trincheira de Sarney, Leônidas Pires, e outros mastodontes do reacionarismo, defendendo o velho e provadamente arbitrário presidencialismo. E o fato se torna mais grave quando é exatamente nesta questão que se trava a principal luta na Constituinte e onde se concentra a principal possibilidade de se impingir uma importante vitória democrática contra os conservadores.

Está aí o imbróglio criado em favor de uma maioria a qualquer custo para Sarney na Constituinte e os articuladores governistas revelam abertamente que nas suas contas estão os votos do PT e do PDT. Não é a primeira vez que se dá um "flagra" destes. Em 84 Maluf incluía nos seus cálculos a omissão destes "combativos". É bom comprar uma bússola nova.

GREVE DOS CANAVIEIROS

Vitórias em Pernambuco e Alagoas

Após oito dias de greve os canavieiros de Pernambuco retornaram ao trabalho no dia 28, conquistando um reajuste salarial de 60%. Os usineiros atenderam 48 dos 54 itens reivindicatórios, entre eles, o piso salarial que passou de Cz\$ 2.540 para Cz\$ 4.100. Em Alagoas, pela primeira vez nas últimas décadas, os trabalhadores da cana paralisaram o trabalho no Estado por um dia, obrigando os patrões a negociar o acordo salarial.

Foram necessárias 77 horas de negociações entre canavieiros, fornecedores de cana e usineiros — com a mediação do governador Miguel Arraes — para que se chegasse a um acordo coletivo de trabalho em Pernambuco. Apesar de não se ter alcançado o piso salarial de Cz\$ 6.300 que inicialmente os grevistas reivindicaram, pode-se afirmar que os cortadores de cana obtiveram um acordo razoável. José Rodrigues, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) avalia o movimento: "Voltamos ao trabalho com a certeza de que a greve foi proveitosa e conscientes de que precisamos nos organizar cada vez mais para as futuras batalhas".

MAIOR ORGANIZAÇÃO

Em outubro o piso salarial será de Cz\$ 4.100 e Cz\$ 4.200 em novembro e a partir de dezembro os reajustes serão de acordo com a variação da URP. Entre as outras reivindicações atendidas destacam-se a estabilidade no emprego para o



Os trabalhadores da cana são vítimas de uma brutal exploração por parte dos usineiros há quatro séculos

delegado sindical e também para a gestante e a concessão de dois hectares de terra para o trabalhador residente.

Desde 1979 ocorrem paralisações durante a campanha salarial dos canavieiros de Pernambuco, coordenado por 44 sindicatos de trabalhadores rurais. A cada ano a organização sindical cresce e agora os próprios usineiros avaliaram que 85% dos trabalhadores da cana aderiram à greve. Os grevistas ganharam até o apoio dos bóias-frias contratados para substituí-los no corte da cana. Houve piquetes gigantescos com até 1.500 pessoas, como o realizado no Engenho Tiama, no município de São Lourenço da Mata.

A primeira greve de cana-

vieiros da história recente de Alagoas durou apenas um dia, mas foi o suficiente para que os fazendeiros e usineiros saíssem de sua intransigência e concordassem em ir à DRT para negociar o acordo salarial. A mobilização foi marcada pelo assassinato brutal de um cortador de cana, José Clovis, em União dos Palmares, morto a tiros e facadas pelo administrador e pelo capataz do engenho onde trabalhava.

GREVE EM ALAGOAS

A mobilização antes da greve mexeu com toda a região canaveira do Estado. A principal reivindicação dos trabalhadores era a equiparação salarial com o vizinho Estado de Pernambuco, onde o preço da cana é o mesmo de Alagoas

mas o salário do trabalhador é maior.

O piso salarial reivindicado era de Cz\$ 6.300. Os patrões só ofereciam Cz\$ 3.400. A disposição para a greve era geral. Outro ponto de mobilização: a vigência do novo piso salarial. Os trabalhadores queriam vigência para outubro, como estava sendo conseguido em Pernambuco, mas os patrões só admitiam para novembro.

VÁRIAS DEMISSÕES

Na segunda-feira, dia 28, o corte da cana parou em vários municípios. Ainda não se teve, desta vez, adesão total, pela falta de organização de muitos sindicatos e pela tradicional violência dos usineiros alagoanos. Muitas demissões, havidas nas vésperas em várias fazendas e usinas arrefeceram o ânimo em vários municípios. Mesmo assim a mobilização estava sendo feita de forma satisfatória.

Foi marcada então uma negociação entre os sindicatos (apoiados pela Fetag, Contag e CGT) com os patrões, na DRT. O acordo conseguido com a colaboração do delegado do trabalho concedeu um reajuste de 57% no piso salarial, que passou para Cz\$ 4.150. Mas a vigência só ficou para novembro, o que causou insatisfação em diversos dirigentes sindicais.

Foi em União dos Palmares que ocorreu o episódio de

maior brutalidade contra os trabalhadores. O lavrador José Clóvis foi receber o pagamento da semana, no Engenho Caborge, e viu que faltava dinheiro. Reclamou do administrador, João Vital, mas este não lhe deu satisfações. O canavieiro falou que ia receber aquele pagamento porque estava com fome há dois dias, "mas segunda-feira eu estou na greve". O administrador jogou-lhe um tijolo na cabeça quando ele estava de costas, deu-lhe seis tiros e mandou que o capataz, Josenildo Batista, completasse o "serviço" a faca. Foram mais de 20 facadas.

Em Sergipe, pela primeira vez está se realizando um movimento com os trabalhadores da cana, já tendo sido realizadas assembleias em 13 municípios. Esta campanha tem revelado um grande avanço no grau de consciência e organização desses trabalhadores. Nas assembleias tem se percebido um grau de insatisfação e revolta muito grande dos trabalhadores. Há muitas denúncias de violências.

Na avaliação feita na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (Fetase) pela Comissão de Negociação, ficou decidido, como forma de pressão, começar o processo de paralização nos municípios onde há maior mobilização.

(das sucursais)



O governador Arraes com lideranças sindicais e patronais patrocina o acordo que pôs fim à greve

FIAT DE BETIM-MG

Morte lenta

No final de setembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim prestou um depoimento revelador na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Munida de um farto dossiê, a entidade denunciou as péssimas condições de trabalho na Fiat Automóveis, "que tem causado a morte lenta dos operários". Convocada para depor, a direção da multinacional italiana não compareceu, numa verdadeira afronta ao Legislativo.

Na audiência estiveram presentes alguns trabalhadores que adoeceram ou sofreram acidentes de trabalho na fábrica e foram dispensados. Segundo o dossiê, "os operários da Fiat estão com a saúde comprometidas por estarem expostos ao excesso de ruídos, poeira, calor, contato com substâncias químicas perigosas (como benzeno, chumbo, tintas e óleos), deficiência na iluminação, pelo trabalho em três turnos e pelo ritmo excessivo das linhas de produção". Ainda de acordo com o sindicato, é considerável o número de trabalhadores portadores de úlceras e gastrites, tem aumentado os acidentes de trabalho e já foram constatados alguns

casos de surdez, benzolismo e até leucopenia.

Como resultado das fortes denúncias, todos os deputados da Comissão de Saúde subscreveram um documento elaborado pelo sindicato exigindo da Delegacia Regional do Trabalho uma vistoria técnica no interior da fábrica. Também foi aprovada a visita de uma comitiva de parlamentares, dirigentes do sindicato e técnicos especialistas em medicina e segurança do trabalho para inspecionar as dependências da multinacional.

PRESSÃO SINDICAL

Há três meses que o sindicato desenvolve uma campanha contra as péssimas condições de trabalho na Fiat, exigindo o pagamento do adicional de insalubridade. Conforme explica Edmundo Costa Vieira, presidente da entidade, 4.662 operários assinaram uma procuração autorizando o sindicato a mover ação coletiva contra a multinacional, cobrando o cumprimento da lei. Mas a empresa, numa ação políticsa, passou a pressionar cada um dos reclamantes, ameaçando-os de demissão.

(da sucursal)



Edmundo Vieira, presidente do sindicato: pressão pelo adicional

RODOVIÁRIOS-JOÃO PESSOA

A verdadeira oposição

Na primeira quinzena de outubro ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Rodoviários de João Pessoa capital da Paraíba. Luiz Barbosa, presidente da entidade há nove anos, é identificado na categoria como um homem de confiança da principal figura do patronato, Abelardo Azevedo. No meio sindical é conhecido como um notório pelego.

Há algum tempo que os motoristas e cobradores se articulam para formar uma chapa de oposição em condições de devolver o sindicato à categoria. Nesse processo alguns rodoviários foram descobertos pelos empresários e demitidos, como o despachante João Deon, da empresa Transcional. Apesar da perseguição, esses ativistas conseguiram for-

PARÁ

Marítimos cruzam braços

Mais de 500 trabalhadores marítimos do Pará, reunidos em assembleia na sede da Delegacia Regional do Sindicato dos Oficiais de Nautica e de Práticos da Marinha Mercante, em Belém, decidiram entrar em greve no último dia 29. Os trabalhadores reivindicam um reajuste de 60% sobre a soldada base (o salário-mínimo da categoria), mais 30% sobre a insalubridade, adicional noturno, mais dias de férias para compensar as longas viagens. Cz\$ 1.800 de etapa (que é o rancho à bordo), além da equiparação oficial de náutico com as demais categorias. Os patrões ofereceram somente 40% de reajuste sobre a soldada base, desconsiderando todas as outras reivindicações. No Estado existem 47

empresas de navegação, a maioria delas particulares. No último contrato coletivo de 84 os marítimos não pediram aumentos salariais como uma forma de abrandar a crise nacional no setor. Assim sacrificaram suas famílias, pois os preços dos produtos alimentícios, moradia, transporte, saúde e educação sofreram no mesmo período um reajuste galopante. Por outro lado os "donos de navios" enriqueceram-se da noite para o dia, chegando até a investir dólares em outras atividades.

TÁTICA PATRONAL

Segundo denuncia de Marcus Antônio, o empresário Abelardo Azevedo tem feito de tudo para evitar a derrota de seu amigo pelego. Sua tática consiste em incentivar elementos equivocados e estranhos à categoria a dividir a oposição. "Ele sabe que uma chapa única tem condições de derrotar a pelegada e fortalecer o nosso sindicato", afirma.

Para Marcus, "o sindicato não pode continuar sendo a 'casa do Abelardo'. Atualmente ele manda em tudo e o pelego só se aproveita. Empre-

gou toda a sua família na entidade e vive na maior mordomia". A categoria sabe muito bem que Luiz Barbosa se enriqueceu como dirigente sindical, mora numa mansão, possui uma fazenda e compra sempre o carro do ano.

Enquanto isso, os rodoviários vivem na miséria. Devido a uma manobra do presidente do sindicato, eles inclusive perderam recentemente dois meses de retroativo do novo salário. "Esse dinheiro deve ser para financiar a campanha do pelego", comenta Marcus. Contando com o apoio dos setores combativos da CGT, a "Verdadeira Oposição" procura agora reunir todas as forças opositoras para garantir a vitória.

(da sucursal)

ros, vigias, arrumadores, taifeiros, culinários, panificadores, portuários e outros. Com o sacrifício e dedicação se distanciam em longas viagens, ficando isolados de seus familiares, a fim de que os patrões fiquem mais ricos. E na hora do dissídio coletivo a classe patronal não reconhece este trabalho árduo.

Com a decretação da greve, os navios que estavam marcados para sair não mais embarcaram, porém, seus tripulantes permaneceram a bordo de braços cruzados. Só estão sendo permitidos serviços a bordo que garantam a integridade da carga. Os trabalhadores do mar estão preparados para as pressões que deverão sofrer. Eneida Castelli - sucursal de Belém

Demissão na Light

Não bastasse a repressão interna, a Light do Rio de Janeiro (empresa estatal federal) agora extrapolou nas suas atividades antidemocráticas: demitiu o presidente do Sindicato dos Urbanitários, Luiz Carlos de Jesus Machado, que, por lei, tem sua estabilidade no emprego garantida.

A demissão ocorreu no exato momento em que a categoria se encontra em campanha salarial. Quando a mobilização ganhava força, a direção da empresa resolveu encerrar as negociações e demitiu vários sindicalistas. Além do presidente da entidade, foram dispensados diretores e delegados de base. Outros 23 diretores e representantes sindicais foram suspensos das suas atividades.

Em resposta a essa ação repressiva, os trabalhadores decidiram intensificar a mobilização da campanha salarial. Deliberaram também colocar como ponto central da pauta de reivindicações a readmissão imediata dos líderes sindicais. Vale lembrar que as empresas energéticas federais estão subordinadas ao Ministério das Minas e Energia, que tem à sua frente Aureliano Chaves, um dos principais dirigentes do PFL e ex-vice-presidente da República no período do regime militar.

À nível nacional também está sendo desencadeada uma campanha de solidariedade aos demitidos da Light do Rio de Janeiro. Os vários sindicatos e federações da categoria de todo o país já enviaram telegramas ao presidente da empresa carioca, Túlio Romano Cordeiro, e aos ministros do Trabalho, das Minas e Energia e da Casa Civil.

(Lejune Mato Grosso Xavier de Carvalho - assessor da Federação dos Urbanitários de São Paulo)

Docentes parados

A greve dos docentes da Universidade Católica de Goiás (UCG), que já dura mais de duas semanas, prossegue com grande unidade entre professores e funcionários. As duas categorias estão engajadas na mesma luta, reivindicando 53,8% de reajuste salarial a partir de agosto. É a primeira vez que docentes e funcionários realizam um movimento nessas circunstâncias, apesar das tentativas de desmoralização da greve por parte do reitor Pedro Wilson. Alegando que a universidade não tem como conceder o reajuste, a reitoria se recusa a negociar e ainda faz ameaças de demissões e cortes do ponto.

Para o presidente da Associação dos Professores da UCG, José Maria Baldino, "as investidas contra a greve não tem surtido efeito. O movimento continua coeso e firme contra o arrocho salarial".

(da sucursal)

Repúdio à violência

Contando com a presença de diversas entidades populares e sindicais e do Diretório Zonal do PCdoB, realizou-se no último dia 26, em Jacarepaguá, um ato de repúdio à violência policial que recentemente vitimou mais três jovens. Os três estudantes assassinados - Mauro Vitor, 14 anos, Marcelo Gomes, 16 anos, e Flávio da Silva, 18 anos - foram seqüestrados próximo ao Conjunto Bandeirantes, onde residem. Posteriormente foram encontrados na estrada do Grumari. Os principais suspeitos do crime são dois soldados - um tal de Jesus, do corpo de bombeiros, e Eduardo, da PM.

Os parentes e amigos dos três mortos realizaram o ato no conjunto, apesar da postura reacionária do presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Bandeirantes, Luiz Carlos, que afirmou que a manifestação era "uma palhaçada" e não cedeu a sede da entidade. Mesmo temendo as represálias dos grupos de extermínio, que atuam impunes na área, muitos habitantes compareceram ao protesto.

Jandira Feghalli, deputada estadual do PCdoB, garantiu que não poupará esforços para ver os assassinos presos e fez duras críticas à Polícia Militar, "que tem como filosofia a repressão e o abuso de poder em relação aos movimentos populares".

(da sucursal)

Congresso da UJS

No último dia 27, realizou-se o III Congresso Estadual da União da Juventude Socialista (UJS), em Goiás. Entre as resoluções do encontro, destacam-se a campanha em defesa do Rio Araguaia e seus afluentes, denunciando o uso indiscriminado do mercúrio nos garimpos, e o movimento em defesa dos córregos de Goiânia, com um ato marcado para o dia 24 de outubro - data de aniversário da capital.

O evento, que elegeu a nova coordenação da entidade, tendo à frente Denise Carvalho, contou com a presença de diversas entidades populares e sindicais. Durante o congresso aproximadamente 200 jovens discutiram a situação nacional, esporte, lazer, ecologia, educação, cultura, sexualidade e drogas. Segundo Denise Carvalho, a UJS também deverá iniciar uma campanha "Xô Sarney, diretas 88" e pressão sobre as Constituintes.

(da sucursal)

'INIMIGO INTERNO'

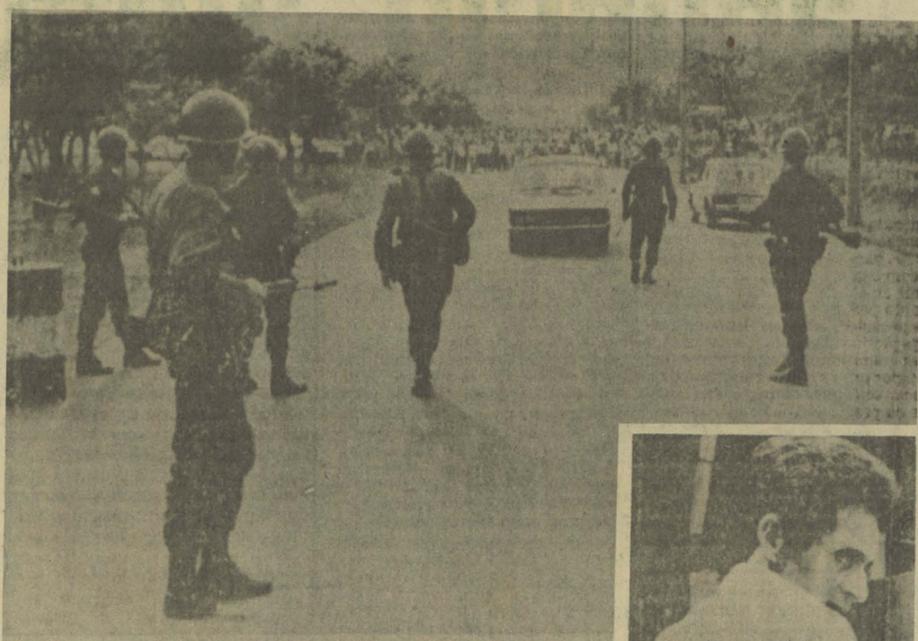
Ação de guerra contra greve em Itaipu

Cerca de 800 soldados do Exército, utilizando-se de fuzis, baionetas, tanques e carros blindados, ocuparam no último domingo o pátio da Itaipu binacional em Foz de Iguaçu, além das vilas onde residem os operários que trabalham no setor da construção civil da empresa. A ação visou reprimir os cerca de 12 mil trabalhadores das construtoras Unicom e Itamom, que declararam greve na tarde de domingo reivindicando 40% de reposição salarial, além de auxílio moradia.

As tropas do Exército foram acionadas pelo atual diretor da Itaipu, o general reformado Nei Braga que, entre outras coisas, foi chefe da polícia no Paraná na década de 60, posteriormente ministro da Educação, até chegar a governador do Estado, nomeado pela ditadura militar que ele ajudou a implantar. Vale dizer que até o governador Álvaro Dias, do Paraná, criticou duramente a convocação de tropas federais. Em sua opinião, a PM estadual manteria a ordem dentro do âmbito do Estado, que, no entanto, nem sequer foi informado sobre o episódio, muito menos consultado. Para Álvaro trata-se de um governo paralelo funcionando no Paraná, sob o comando do general pefelista que sonha voltar ao comando político do Estado e em uma reedição do militarismo.

A REPRESSÃO

Tão logo terminou a assembleia dos trabalhadores, os



Os militares tomam de assalto Itaipu, para impedir a greve, mesmo que para isso tenham que "furar" os operários (foto menor) com baionetas

militares já estavam de prontidão em Itaipu para impedir os piquetes. Os 800 soldados, com fuzis e baionetas caladas, feriram 16 trabalhadores — um deles teve o pulmão perfurado — quando atacaram os grevistas. O general Felipe, da 15ª Brigada de Infantaria de Cascavel, que comandou a operação, disse que "quem fica na frente de baionetas pode ser furado"...

Os soldados percorreram as vilas, residências dos operários

e intimidaram as mulheres e as crianças. Não permitem realização de assembleias mesmo fora da área pertencente à hidrelétrica. As mulheres dos grevistas estão participando das concentrações e assembleias, para evitar maior repressão.

PRESSÃO OPERÁRIA

Outra medida de pressão é a ameaça de greve por parte dos operadores da usina, em solidariedade aos grevistas e em revolta pela atitude do Exér-



cito. Isto poderá levar a uma diminuição de 24% da energia elétrica nos Estados da região Sul e Sudeste, provocando um blecaute no sistema.

Na tarde de terça-feira houve um confronto entre grevistas e o Exército, resultando em ferimentos graves em um operário, que foi internado em um hospital pertencente à Itaipu e ninguém sabe maiores informações a respeito do estado de saúde e de sua identidade. No mesmo choque, a polícia efetuou a prisão de dez operários, encaminhados à Polícia Civil e Federal. Os advogados do sindicato não haviam conseguido encontrar as fichas dos presos.

OPINIÃO

Baionetas X operários

O Exército investe mais uma vez contra as greves. Nesta Nova República, o movimento trabalhista continua sendo tratado como uma ameaça à "segurança nacional" — no sentido entreguista e antidemocrático que as Forças Armadas dão ao termo.

É essa intervenção arbitrária na vida do país que os altos escalões militares pretendem continuar realizando ao longo dos tempos. Daí a defesa verdadeiramente "sem quartel" que fazem para que a Constituinte defina as Forças Armadas como defensores da "ordem interna" na nova Carta Magna. Pretendem continuar furando operários que estejam diante de suas baionetas. Pretendem continuar intervindo

na vida política do país, a cada avanço das forças democráticas e progressistas. Pretendem continuar sendo o que inevitavelmente são: um poder armado, acima dos interesses e do controle da nação.

Ainda na semana passada, as Forças Armadas responderam às críticas de que foram alvo no programa de TV do PSB — o partido lembrou a responsabilidade dos militares na tortura, assassinato e perseguição de opositores durante os 21 anos de ditadura. Para os fardados, essas críticas são "revanchismo". E os militares cassados que participaram do programa do PSB não estão "preparados para reassumir suas funções, na eventualidade de serem anistiados". Não seria isto revanchismo?

SOB PROTESTO

As forças populares e democráticas do Estado, tão logo tomaram conhecimento, reagiram com firmeza contra a atitude militarista de Ney Braga. O governador do Estado acusou o general reformado de ingerência nos negócios políticos do Paraná. Ele está fazendo um governo paralelo. Para ele a convocação e o envolvimento do Exército no episódio só leva à sua desmoralização.

Lideranças sindicais, da CUT e da CGT estão intervindo concretamente em apoio aos grevistas. O mesmo vem ocorrendo com os deputados estaduais do PMDB, PT e PDT, que requereram a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para acompanhar de perto os incidentes. Na quarta-feira deputa-

dos e representantes da CGT e CUT deslocaram-se para Foz de Iguaçu para acompanhar os acontecimentos.

A executiva do PCdoB no Paraná distribuiu ontem à imprensa, assinada pelo seu presidente, Jorge Euiz Eltz, uma nota de protesto, onde "repudia veementemente mais esta intromissão do Exército nos assuntos internos da nação". O PCdoB, afirma a nota, opõe-se a toda e qualquer forma de impedimento às manifestações dos trabalhadores e principalmente a interferência dos militares que, "não contentes em manter o país no obscurantismo por 21 anos, em tutelar o governo Sarney e em pressionar a Constituinte, ainda intervêm em uma simples manifestação dos trabalhadores por reposição salarial e auxílio moradia".

(José Carlos Trisóti, do Paraná)

PREVIDENCIÁRIOS

Uma greve que ensina

No último dia 1º, quando fechávamos esta edição da Tribuna Operária, 205 mil previdenciários continuavam em greve em todo o país, à espera de que o Ministério da Previdência definisse que postura iria adotar efetivamente diante do movimento da categoria. Nos dias anteriores, o ministro Raphael de Almeida Magalhães tinha dado mostras de vacilação, abrindo e encerrando sucessivamente as negociações. Enquanto isso, chamava a atenção a firmeza da paralisação, que já completava 16 dias.

Com salários há muito deçados, os previdenciários iniciaram a greve, no dia 16, exigindo piso de Cz\$ 15 mil, 96,4% de reposição salarial, gratificação geral de 80%, a exemplo do que já fôra concedido aos médicos e dentistas, e participação na elaboração de um novo Plano de Carreira de Previdência.

A primeira reação do ministério foi o descaço. Um dos assessores do ministro, Rangel Bandeira, procurou isolar a categoria através de declarações tendenciosas, repetidas insistentemente. Resolveu atribuir a greve a interesses políticos do PT, do PCdoB, do PDT e até mesmo do PFL, que a estariam provocando artificialmente, apenas por divergirem da gestão de Raphael de Almeida Magalhães.

O movimento enfrentou ainda oposição declarada e ativa da imprensa, que procurou atacá-lo por outro flanco. Os jornais passaram a publicar diariamente matérias e imagens sugerindo um conflito entre as reivindicações da categoria e o legítimo direito da população mais pobre a um tratamento de saúde adequado.

Ambos os ataques eram fundados. Há previdenciá-



A greve mostrou que é possível mobilizar contra o arrocho

rios ganhando Cz\$ 3 mil mensais, donde se vê que a defasagem salarial não foi inventada pelos partidos que se opõem ao ministro. E a conquista de condições de trabalho dignas pela categoria é, obviamente, condição indispensável para que o atendimento à população atinja um padrão superior ao atual.

Exatamente por se apoiar em bases sólidas, a greve prosperou. Aos poucos foram se somando a ela parcelas da categoria que hesitavam no início, descrentes da possibilidade da vitória. Se no dia 17 o comando de greve registrava índices de paralisação que iam de 20% a 60%, e o ministério considerava o movimento "irrisório", doze dias depois estavam paralisados 87% dos previdenciários brasileiros, com adesão de 20 estados. Além disso, a categoria passou a servir-se de outras formas de luta. No dia 29, uma passeata no Rio reuniu 20 mil trabalhadores, que caminharam do Maracanãzinho até o centro da cidade.

Diante da força da categoria, o ministério recuou, mas passou a adotar postura instável e contraditória. No dia 19, o ministro apresentou sua primeira proposta de negociação. Bastou porém o comando

nacional rejeitar esta proposta para que ele voltasse à posição de intransigência. No dia 21, além de suspender as negociações, retirou a promessa de enviar ao congresso o plano de carreira, feita na antevéspera.

No dia 28, mais uma mudança. Depois de conseguirem o apoio das lideranças dos partidos progressistas, os previdenciários conseguiram reabrir as negociações, e obtiveram do ministério uma proposta razoável: o plano de carreira seria entregue ao Congresso "o mais breve possível"; as lideranças dos partidos do governo comprometiam-se a lutar por sua aprovação; e seria concedido um abono de emergência aos previdenciários, no valor de um salário, pago em duas parcelas.

Dois dias depois, o ministro ameaçou retirar novamente sua proposta, demonstrando que continua a atuar em ziguezague. A mobilização continuava com força, e os previdenciários tornavam-se mais uma das categorias que demonstraram, nos últimos dias, que é possível mobilizar amplos contingentes de trabalhadores contra a política de arrocho do governo Sarney.

CAMPANHA DOS BANCÁRIOS

Estado de alerta em todo país

Com paralisações parciais em vários Estados, repressão policial e incontáveis reuniões de negociação e audiências na justiça, o meio bancário teve uma semana bastante agitada. A greve geral do dia 29, decretada no encontro das lideranças da categoria, não se viabilizou à nível nacional. Mas a categoria não ficou passiva e houve protesto em todo o país contra a intransigência dos banqueiros.

Segundo a avaliação do comando nacional de mobilização, diversos sindicatos encaminharam a decisão do encontro. Na Bahia, uma assembleia com três mil participantes e grande disposição aprovou a greve. No dia 29 os bancos particulares funcionaram parcialmente. Em função do quadro nacional — da precária adesão no restante do país — mesmo dia a assembleia dos bancários baianos deliberou pelo retorno ao trabalho.

No Rio de Janeiro, que também entrou em greve, houve violenta repressão policial. Dirigidos pela Polícia Federal, batalhões de choque da PM circularam ostensivamente pelas ruas centrais da capital. Uma diretora da entidade sindical foi presa na agência central do Itaú, assim como vários ativistas da base. No Bradesco de São João do Meriti a PM chegou a disparar contra os piqueteiros. Apesar da violência, o sindicato calcula que 70% da categoria aderiu a paralisação de um dia.

Ainda de acordo com o

comando, a paralisação foi bem sucedida no Espírito Santo (adesão total no banco estadual e de 80% nos privados), Pernambuco (total no estadual e 70% nos privados), Santa Catarina (100% de adesão nos estatais e nos particulares). No Rio Grande do Sul o protesto atingiu três bancos: Meridional (que realizou greve nacional), Banrisul e Besc (banco de Santa Catarina). Em Goiás, o sindicato adotou a tática de parar apenas as agências mais organizadas.

PROPOSTA PERIGOSA

No caso de São Paulo — maior concentração bancária do país, com 140 mil funcionários na capital — a sentença do TRT acabou confundindo a categoria. O índice de reajuste salarial, de 56,57% agradou os bancários, mas em compensação a justiça decidiu eliminar o piso salarial. Esta proposta ocasionaria o aumento da rotatividade no emprego. Atualmente os bancos privados demitem cerca de 3 mil funcionários por mês. Só no ano pas-

sado, foram dispensados mais de 45 mil bancários.

Além disso, a sentença do TRT não garante nada. A Fenaban (federação dos banqueiros) não gostou do índice fixado pela justiça e aguarda a publicação do acordado do TRT para entrar com recurso no Tribunal Superior do Trabalho. Os bancários, que optaram por não parar — em função da desmobilização na base —, decidiram em assembleia pressionar por um acordo em novas bases: o índice de 56,57% e o piso salarial.

Como em São Paulo, no restante do país a categoria se mantém em estado de alerta. A campanha salarial para os bancos privados e uma parte dos estatais prossegue, aguardando agora a decisão da Fenaban. Só no caso de alguns bancos estatais é que ela encerrou. Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, após três dias de greve nacional, foi fechado um acordo em separado fixando 41,72% de reajuste e o compromisso do banco em não punir os grevistas.



Numa assembleia fraca, bancários paulistas decidem manter a pressão

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
 ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Brando, 2º andar sala 32 - CEP 69900.
 ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000.
 MACEIÓ: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
 AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
 BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Freitas, 12 - CEP 42800.
 Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
 RABUNA: Av. do Centenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Sítios Filhos: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
 DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
 CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: praça Otávio Bomfim, s. n. Altos - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
 ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
 GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
 MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 65000.
 MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
 MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
 MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
 PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
 PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.
 PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 81000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
 PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000.
 PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 3, sala 1 - Centro - CEP 55308. Recife: R. do Sossogo, 221, Box Vista - CEP 50000.
 RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jordani, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Elen. Vitorino, 745-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 663 CEP 98700.
 RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, R. 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20080. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 100 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nelson Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Belfegem: Rua da Estrela Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
 SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SAO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Quaresma: R. Ten. Avejar Pires de Azevedo, 28, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Osório Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
 A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Companhia: Pub-Op e Periódicos Ltda. Editora: Fila. Fone: 33-9738. Impressão: Cia. Torques. Fone: 815-4999 - São Paulo

O jogo do anúncio atômico

Na primeira sexta-feira de setembro, o presidente José Sarney, em cerimônia pomposa no Palácio do Planalto, anunciou ao mundo que o Brasil já está com o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio. Justificou a relevância do acontecimento como de grande transcendência para a história científica do país. Aproveitou a ocasião, também, para reiterar as finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro. A *Tribuna Operária* foi ouvir um dos mais respeitados físicos de nossa comunidade científica, o professor Rogério Cezar Cerqueira Leite sobre o assunto. Formado em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), doutorado pela Universidade de Paris, com várias teses publicadas em revistas científicas em todo o mundo, Cerqueira Leite tem se notabilizado pela defesa da soberania nacional em conferências, debates, artigos na imprensa e consagrados em seu livro "Quem tem medo do nacionalismo?" Nessa entrevista, ele faz um balanço do acordo atômico entre o Brasil e a Alemanha, e lança luzes sobre o real significado do espalhafatoso anúncio feito por Sarney.

TO: Passados mais de dez anos do acordo Brasil-Alemanha, qual a avaliação que o senhor faz a respeito de sua utilidade?

Cerqueira Leite: Na realidade, tudo aquilo que eu e alguns outros havíamos previsto - os chamados críticos permanentes do programa - está acontecendo: nós dizíamos que a maneira precipitada de implementação do acordo, sem o devido preparo anterior, a criação de recursos humanos adequados, a mobilização da comunidade científica brasileira, colocando-a a par e realizando pesquisas correlatas, seria muito difícil dar certo. Nada disto aconteceu, foi uma atitude totalmente arbitrária. De fato, a tecnologia alemã pode ser considerada tão boa quanto qualquer uma - a tecnologia de reatores especificamente. Mas, possivelmente para "dourar" a pílula, o governo quis fazer daquele pacote um projeto integrado, completo e auto-suficiente na aparência. Com isso, ele teve que comprar duas tecnologias de que a Alemanha não dispunha. Quer dizer, os alemães tinham uma tecnologia de enriquecimento, por sua vez condicionada a um acordo com a Holanda e a Inglaterra: as ultracentrífugas. Mas, na hora H esses parceiros implicaram por algum motivo e a Alemanha não pôde fornecer esta tecnologia. Suspeita-se de pressões americanas. O concreto é que eles foram impedidos de entregar uma tecnologia que estava engavetada há vinte e cinco anos, sendo que já havia indícios seguros de que ela não funcionaria e, acima de tudo, constatava-se um problema de ineficiência inerente ao processo. Essa questão toda era muito discutida e publicada, não permitindo ao Brasil alegar desconhecimento. Mas como o governo jogava com a idéia de "independência e soberania nacional", que aliás foi muito bem utilizada na ocasião para obter um mínimo de aceitação popular, recebeu o apoio quase unânime da comunidade científica. É claro que algumas pessoas denunciaram o gasto excessivo para a nação. Eu mesmo, ao escrever artigos criticando o acordo, ataquei por um ângulo não tão relevante: percebi que as reservas que tínhamos de urânio eram ínfimas, apenas suficientes para um ano de funcionamento de cada um dos oito reatores de Angra. Portanto, não havia urânio no Brasil e ao mesmo tempo estávamos querendo a independência no setor energético. De fato, objetivamente, estávamos aumentando a dependência. Havia uma inconsistência inicial, uma certa falta de caráter no projeto: revelava que as pessoas ao assumir a responsabilidade pelo acordo não se mostravam muito coerentes, fosse quem fosse.

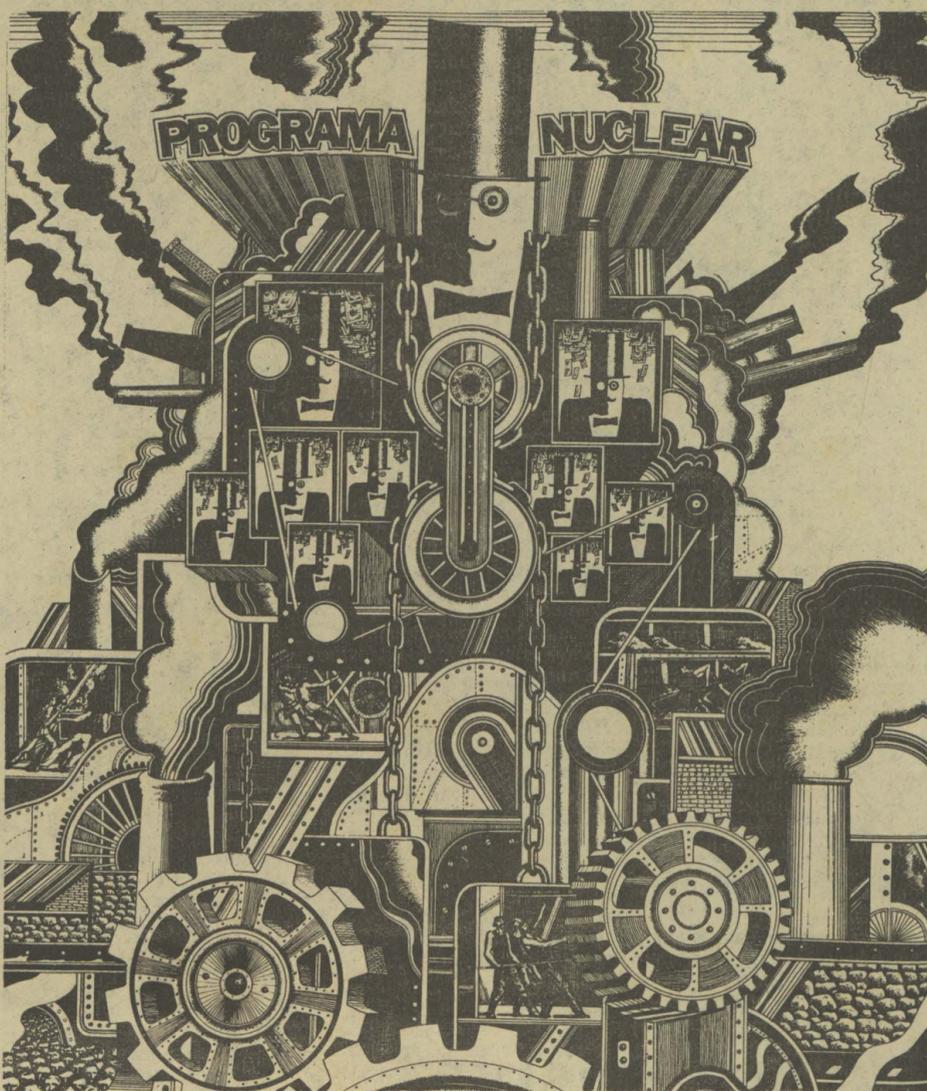
"Falta consistência no projeto que o governo quer impôr"

O projeto, então, tinha essa falta de consistência. Sabíamos que certos detalhes da tecnologia de processamento dos alemães, foram brechados de se desenvolver até o estágio da bomba - especialmente no que se refere à separação de plutônio - que é uma bomba pequena, mas indispensável

para chegar a provocar a explosão da bomba de nitrogênio. Trata-se de uma espoleta da bomba de nitrogênio. Acontece que para completar o processo, é preciso o domínio da bomba de plutônio. E essa tecnologia o Brasil não dispunha. O mais absurdo de tudo isso, é que a tecnologia de enriquecimento comprada da Alemanha não podia oferecer o que prometia, embora não seja verdade o que se propalava então, dizendo que os reatores eram obsoletos. Isso não era bem verdade. Eram os melhores que existia na praça. A questão é que quando fôssemos utilizá-los para suprir um eventual esgotamento de nossas reservas energéticas hidráulicas, daqui a trinta ou quarenta anos, aí sim estariam totalmente obsoletos.

Mas o que me deixava realmente apreensivo também, foi a montagem mentirosa que se fez: partia-se da avaliação de que o Brasil só possuía mais de 100 milhões de kilowatts de energia hidroelétrica disponível, enquanto que era só olhar para ver que tinha muito mais. Qualquer pessoa que entendesse um pouco do setor, perceberia o erro. E o argumento-base era de que o Brasil iria ficar, dentro de dez a quinze anos, sem a hidroeletricidade. Esse raciocínio levava à conclusão: era urgente a necessidade de implantação da energia nuclear.

O projeto inicial do governo era de construir 63 reatores idênticos ao de Angra II, que iriam gerar 75 milhões de kilowatts que, por sua vez, estariam acoplados a outros 75 milhões de kilowatts de natureza hidroelétrica; concluiu-se daí que o país iria consumir cerca de 150 milhões de kilowatts necessários em 1990 ou 1995. Agora, o que isso realmente significava? Era uma previsão de crescimento econômico em torno de duas vezes a economia alemã da época. Já próximos desta data, em 1987, temos um crescimento menor que um terço da economia da Alemanha! Quicá' vinte por cento. Ou seja, os argumentos eram obviamente falsos: acabou sendo publicado pelas próprias autoridades governamentais, que o Brasil possuía reservas de 219 milhões de kilowatts: este seria o potencial



hidroelétrico já inventariado.

A farsa da projeção da necessidade de 150 milhões de Kw

O que significa que já foi feita uma análise de natureza econômica, e que não é tudo que o Brasil tem, mas o que existe disponível. Na verdade, 219 milhões é o que a Alemanha, a França, a Espanha e a Itália possuem juntos. A perspectiva que o governo colocava na época é que o Brasil iria ultrapassar o nível de atividade econômica destes quatro países da Europa. Isto é o que justificaria os brasileiros pensarem em possuir energia nuclear. Tudo bem, acho que está muito longe o dia em que a gente realmente vai precisar de qualquer coisa que seja mais de 219 milhões de kilowatts. A demanda de energia dos países avançados não cresce tanto quanto crescia naquela época. De qualquer maneira eram projeções extremamente falsas. Toda a justificativa para o programa nuclear era falsa. Outro erro básico era a de que o programa iria mobilizar a nossa indústria a tal ponto que ela iria se modernizar. Naquela época, também, tentei argumentar que essa justificativa era improvável, já que uma ou outra peça apenas é que iria ser

fabricada aqui, diferentemente, por exemplo, da indústria automobilística, que efetivamente criou uma indústria de autopeças, e de certo tipo de competência por causa de sua demanda específica, de suas exigências. Os reatores são montados um de cada vez, e se produz um reator apenas a cada ano ou a cada dois anos. Portanto dizer que um reator por ano iria mobilizar a nossa indústria é um absurdo. Tem uma influência, é certo, mas por si só ela não muda significativamente a capacidade instalada. Caso diferente é a da Alemanha, que pôde assimilar esta tecnologia, fornecida pela Westinghouse, pois contava com uma infraestrutura industrial altamente desenvolvida, sua metalurgia e a indústria química são muito dinâmicas - ou seja, tudo que precisava para se poder desenvolver um programa nuclear. Um agregado de tecnologia que exige o conhecimento de termodinâmica, de metalurgia, de controle e uma série de outros conhecimentos sobre os quais você pode construir uma indústria de ponta, isso nós não tínhamos. Somos um dos países mais atrasados do mundo em metalurgia, a hidrodinâmica se conhece muito pouco e em outros setores básicos somos muito deficientes. Portanto se você quiser fazer um programa nuclear que nos seja realmente útil é preciso fazer um pro-

grama de pesquisa. Não sou contra, para dizer a verdade, a respeito do que eles estão fazendo com as ultracentrífugas. Acho até um caminho aceitável. O que não deveria ser feito é manter um programa como esse em sigilo. Eles só perderam com esse sigilo. A minha teoria hoje, é que esse anúncio espalhafatoso, não teve como função anunciar um grande evento tecnológico, mas na verdade abrir ao conhecimento público o que estava sendo feito para que o próprio projeto pudesse caminhar. Seria praticamente impossível dentro do que se propõe ser uma nova república, num regime de certa democracia continuar aplicando um programa de forma ilegítima, de uma maneira escondida. Ilegal não é, mas perde legitimidade se não é público. A tecnologia nuclear, essa é minha opinião, ela se justifica para o desenvolvimento.

"Não vejo relação entre o anúncio e o problema da dívida"

TO: Do ponto de vista estritamente científico, o anúncio significa exatamente o quê?

Cerqueira Leite: Ele significa muito pouco. É um passossinho a mais, apenas. É como se viéssemos de Brasília de avião e chegando em São Paulo, anunciássemos espalhafatosamente que havíamos alcançado o Estado de São Paulo! Mesmo do ponto de vista técnico não é significativo. Apenas foi usado (o anúncio feito pelo governo) com habilidade, justamente para se fazer uma transição que lhe foi solicitada, pela comunidade científica, pela opinião pública em geral. Mesmo essas pesquisas que estão em andamento pela Marinha, por exemplo, no caso do submarino nuclear, a questão é de que se trata não de uma bomba nuclear mas de propulsão nuclear, movido com motor nuclear. Você pode dizer que seria desnecessário para o momento, mas não poderíamos ser contra, mesmo porque ele gera certa competência, sem grande utilidade, é certo, mas a utilidade aparente pode ser importante, mas ela pode fazer parte de todo um processo.

TO: Agora, o que significa para a soberania nacional conviver com dois programas paralelos?

Cerqueira Leite: Não, quer dizer nada, ou melhor, significa

burrice simplesmente. Às vezes, na atividade científica, você precisa fazer uso de dois processos paralelos, simultâneos. Isso, por si só não é um mal tão grande, se fazem parte de um mesmo roteiro geral. Esse caso, no entanto, não se justifica por que já é mais do que patente a superioridade de uma tecnologia sobre a outra. Além disso, são duas tecnologias extremamente caras para o Brasil, um país pobre. Então, seria muito mais razoável escolher uma das tecnologias, a que fosse mais promissora, que se conheça os caminhos, como no caso da ultracentrífuga. Portanto esse caminho é muito mais claro. Analisando-se do ponto de vista estritamente técnico, vendo as coisas friamente, fora de qualquer injunção política.

"O anúncio atômico significa burrice simplesmente"

O que não é certo é gastar dinheiro com esta duplicação. À exceção de alguns casos. Exemplo desta duplicação é o que está ocorrendo entre o trabalho feito pelo Ministério da Energia e o que se desenvolve apoiado pela Marinha.

TO: Qual o significado da briga do Exército e da Marinha em torno dessa questão?

Cerqueira Leite: Essa disputa, é mais ou menos tradicional, no mundo inteiro. Sou obrigado a reconhecer que existe a interferência das Forças Armadas no desenvolvimento tecnológico. Nos EUA, por exemplo, os maiores orçamentos de pesquisa, são para a marinha, o exército, e a aeronáutica. São os grandes orçamentos de pesquisa tecnológica. Se isso é bom ou não para o país, isso já é outra questão. O fato é que eles têm um poder de convicção muito grande, com uma política mais ou menos monolítica. Eles podem contratar os laboratórios de pesquisas, ou mesmo comprar pesquisas feitas fora. Muitas companhias de renome nos EUA se desenvolveram graças a contratos feitos com as forças armadas daquele país. Não estou considerando se isto é bom ou mal, mas isso diminui o problema do Brasil. A aeronáutica, por exemplo, construiu aqui um centro de pesquisa da força aérea, há quem diga até que é melhor você estar investindo em pesquisa do que estar comprando opinião que nem se sabe usar depois. Ou então estar comprando armas extravagantes quaisquer. O melhor no caso seria mesmo gastar dinheiro em pesquisa em função da soberania nacional. No caso concreto parece que existe uma certa competição entre o Exército e a Marinha. E do ponto de vista de um cidadão brasileiro eu não me importo muito com isso. Deixe eles terem suas discordâncias, desenvolver a competição. Afinal, vivemos no sistema capitalista.

TO: O senhor consegue ver alguma relação entre o anúncio que se fez a respeito do ciclo atômico e o problema que o Brasil enfrenta hoje em relação à dívida externa?

Cerqueira Leite: Esta hipótese fui eu que levantei. Mas vendo bem as coisas não é real. As potências estrangeiras, nossas credoras, conhecem muito bem essa tecnologia, e lá fora ficou claro que todos consideram o anúncio algo muito significativo. Não creio que tenha tido qualquer influência do lado de lá. Pensando bem eu acho que a razão básica foi, aliás elogiável, abrir o programa nuclear de uma maneira que não existia. Foi uma maneira de desviar a discussão para outro lado. Ninguém percebeu isto. Ou ficaram batendo palmas para o acontecimento, ou então serviu de pretexto para que alguns setores da comunidade científica encontrassem justificativas para se reconciliarem com o governo. Hoje estou convencido que a razão foi esta.



Cerqueira Leite desmonta as razões, os problemas e as dificuldades do programa atômico brasileiro.



CDM
Centro de Documentação Científica e Tecnológica
Fundação Maurício Grabois